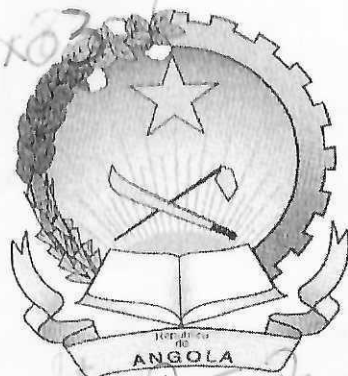




Quinta-feira, 30 de Novembro de 2023

I Série - N.º 227

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 8.840,00

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 225/23 7808

Aprova o Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027.

S U M Á R I O

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 225/23 de 30 de Novembro

O Plano de Desenvolvimento Nacional — PDN é um instrumento do Sistema Nacional de Planeamento que visa a promoção do desenvolvimento socioeconómico e territorial do País, constituindo-se num mecanismo de implementação da Estratégia de Longo Prazo, de carácter prospectivo e plurianual, de médio prazo, abrangendo o nível nacional, sectorial e provincial de planeamento, bem como todos os sectores relevantes.

O PDN, enquanto instrumento relevante de política do Executivo, congrega os objectivos, as estratégias, os programas e as acções do Poder Executivo, sendo, por isso, o plano de mais alto grau hierárquico do Sistema Nacional do Planeamento.

Havendo a necessidade de se dotar o Poder Executivo do referido instrumento para o Período 2023-2027, em obediência ao disposto na alínea d) do artigo 22.º da Lei n.º 1/11, de 14 de Janeiro — Lei de Bases do Regime Geral do Sistema Nacional de Planeamento, conjugado com o artigo 14.º do Decreto Presidencial n.º 316/20, de 17 de Dezembro, que aprova o Regulamento da Lei de Bases do Regime Geral do Sistema Nacional de Planeamento;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea b) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º

(Aprovação)

É aprovado o Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027, abreviadamente designado por PDN 2023-2027, anexo ao presente Decreto Presidencial, de que é parte integrante.

ARTIGO 2.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e as omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 3.º

(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 28 de Setembro de 2023.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Novembro de 2023.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL 2023-2027

Impacto socioeconómico sustentável

Nota Introdutória

Angola dispõe de uma nova visão de longo prazo que projecta o futuro do País, incluindo a sua inserção no contexto internacional nos próximos 27 anos, representada pela Estratégia de Longo Prazo "Angola 2050", a qual apresenta cinco eixos prioritários de desenvolvimento, nomeadamente: (i) uma sociedade que valoriza e potencia o seu capital humano, com ênfase na educação e formação técnico-profissional, saúde e juventude; (ii) uma infra-estrutura moderna e competitiva, priorizando os sectores da energia e águas, mobilidade (estradas, caminho de ferro, portos, aeroportos), habitação e telecomunicações; (iii) uma economia diversificada e próspera, com ênfase nos sectores da agricultura, pecuária, pescas, florestas, indústria transformadora, recursos minerais e turismo; (iv) um ecossistema resiliente e sustentável, com foco no ambiente, gestão de recursos hídricos e florestas; e (v) uma nação justa e com igualdade de oportunidades, priorizando a justiça e direitos humanos, defesa nacional, protecção social, igualdade do género e inclusão social.

Estes próximos 5 anos constituirão a primeira etapa de construção desta visão de futuro que reuniu os contributos da sociedade civil, parceiros de cooperação e sector privado, num amplo processo de auscultação.

Alinhado a esta visão do futuro, o Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027 (PDN 2023-2027) abre uma nova era na formulação de políticas públicas, com uma abordagem focada no impacto das acções (projectos e actividades de desenvolvimento) a serem implementadas nos próximos 5 anos, e orientado para o fortalecimento dos dois pilares de desenvolvimento prioritários, que constituirão os motores do nosso processo de desenvolvimento e influenciarão positivamente as escolhas públicas, designadamente:

- Desenvolver o capital humano, elevando o nível de qualificação dos angolanos de modo a proporcionar-lhes mais e melhores oportunidades para aumentarem os seus níveis de vida. Angolanos saudáveis e qualificados construirão um futuro melhor para si, para as suas comunidades, para as gerações futuras e para o País. É esta a base a partir da qual tudo se desenvolverá naturalmente; e

- Elevar os níveis de segurança alimentar, permitindo o acesso a uma alimentação equilibrada, aumentar a produção nacional e o emprego, colocando o País menos dependente do exterior, e reduzir as desigualdades sociais, garantindo que os angolanos tenham melhor qualidade de vida e que possam realizar o seu potencial.

Este PDN traz uma inovação no sentido de não apenas financiar e implementar projectos, mas principalmente questionar-se sobre o impacto socioeconómico sustentável. Os projectos deverão impactar directamente os dois pilares de desenvolvimento, assim como um conjunto de filtros de desenvolvimento transversais procurando impactar a juventude, comunidades vulneráveis, ambiente de negócios, receitas fiscais, igualdade de género, entre outros. Isto permitirá hierarquizá-los, racionalizando assim os recursos financeiros, humanos e materiais envolvidos.

Com esta abordagem, o PDN 2023-2027 será orientado para acelerar o impacto socioeconómico sustentável das políticas públicas em áreas que contribuem para o fortalecimento dos pilares de desenvolvimento, seja através da melhoria do ambiente de negócios, que permitirá gerar oportunidades de emprego, especialmente para jovens e mulheres, seja através da melhoria da eficiência da gestão da despesa pública, de modo a libertar recursos para apoiar políticas inclusivas que favoreçam as comunidades mais vulneráveis.

Angola terá mais de 38 milhões de habitantes em 2027, representando o nosso activo mais valioso. Uma boa parte dessa população será jovem e metade será feminina, pelo que elevaremos este Plano à juventude, como um dos temas transversais nos mais diversos projectos nos próximos anos, e às mulheres, as quais necessitamos de apoiar para construir uma sociedade mais justa e inclusiva. Por isso privilegiaremos o investimento público que contribua para a capacitação da juventude, a igualdade de género e o empoderamento das mulheres.

Esta abordagem está respaldada em compromissos claros e objectivos, suportados em métricas pelas quais o PDN 2023-2027 será avaliado, tornando-o num Plano mais comprometido com a inclusão, de forma objectiva e transparente.

Lista de abreviaturas

ACVP	Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria	MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
ADECOS	Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário	ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
AGT	Administração Geral Tributária	OGE	Orçamento Geral do Estado
AIAAN	Aeroporto Internacional Dr. António Agostinho Neto	OMS	Organização Mundial de Saúde
AIPEX	Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola	ONG	Organização Não Governamental
AIPT	Áreas de Interesse e Potencial Turístico	ONU	Organização das Nações Unidas
ANGOP	Agência Angola Press	OSC	Organizações da Sociedade Civil
BCG	Vacina da Tuberculose	PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
BUE	Balcão Único do Empreendedor	PDI	Pólo de Desenvolvimento Industrial
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central	PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
CEFOJOR	Centro de Formação de Jornalistas	PIB	Produto Interno Bruto
CFB	Caminhos de Ferro de Benguela	PIR	Parque Industrial Rural
CFL	Caminhos de Ferro de Luanda	PLANAGEO	Plano Nacional de Geologia
CFM	Caminhos de Ferro de Moçâmedes	PLANAGRÃO	Plano Nacional de Fomento para a Produção de Grãos
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral	PLANAPecuária	Plano Nacional de Fomento e Desenvolvimento da Pecuária
DHIS2	Sistema de Informação de Saúde Distrital	PLANAPESCAS	Plano Nacional do Fomento das Pescas
DMU	Unidade Múltipla a Diesel	PMA	País Menos Avançado
DST	Doença Sexualmente Transmissível	PME	Pequenas e Médias Empresas
EAC	Comunidade da África Oriental	PPP	Parceria Público-Privada
ELP	Estratégia de Longo Prazo "Angola 2050"	PREI	Programa de Reconversão da Economia Informal
ENDIAMA E.P.	Empresa Nacional de Prospeção, Exploração, Lapidação e Comercialização de Diamantes de Angola	PRM	País de Rendimento Médio
EPAS	Empresas Públicas de Águas e Saneamento	PRODESI	Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações
EPI	Índice de Desempenho Ambiental	PROPRIV	Programa de Privatizações
ETA	Estação de Tratamento de Água	REA	Reserva Estratégica Alimentar
FAA	Forças Armadas Angolanas	RNA	Rádio Nacional de Angola
FMI	Fundo Monetário Internacional	RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
GUE	Guiché Único da Empresa	SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
I&D	Investigação e Desenvolvimento	SBES	Subsistema do Ensino Superior
ICAO	Organização Internacional da Aviação Civil	SIAC	Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão
IDE	Investimento Directo Estrangeiro	SNCTI	Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
IES	Instituições de Ensino Superior	SNS	Sistema Nacional de Saúde
IGT	Inspeção Geral do Trabalho	SPCB	Serviço de Protecção Civil e Bombeiros
II&D	Instituições de Investigação e Desenvolvimento	STEAM	Ciência, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática
INACOQ	Instituto Nacional de Controlo da Qualidade	TAAG	Linhas Aéreas de Angola
INAPEM	Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas	TARV	Tratamento Anti-Retroviral
INE	Instituto Nacional de Estatística	TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
INEFOP	Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional	TIP	Tratamento Intermitente Preventivo
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social	TPA	Televisão Pública de Angola
IP	Internet Protocol	TUPPI	Projecto Todos Unidos Pela Primeira Infância
IRSEA	Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e de Água	UNDESA	Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais
ISCED	Instituto Superior de Ciências da Educação	UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado	USD	Dólar dos Estados Unidos
MEP	Ministério da Economia e Planeamento	VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana
MINFIN	Ministério das Finanças	ZCLCA	Zona de Comércio Livre Continental Africana
		ZF	Zona Franca

Lista de abreviaturas

ACVP	Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria	MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
ADECOS	Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário	ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
AGT	Administração Geral Tributária	OGE	Orçamento Geral do Estado
AIAAN	Aeroporto Internacional Dr. António Agostinho Neto	OMS	Organização Mundial de Saúde
AIPEX	Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola	ONG	Organização Não Governamental
AIPT	Áreas de Interesse e Potencial Turístico	ONU	Organização das Nações Unidas
ANGOP	Agência Angola Press	OSC	Organizações da Sociedade Civil
BCG	Vacina da Tuberculose	PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
BUE	Balcão Único do Empreendedor	PDI	Pólo de Desenvolvimento Industrial
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central	PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
CEFO JOR	Centro de Formação de Jornalistas	PIB	Produto Interno Bruto
CFB	Caminhos de Ferro de Benguela	PIR	Parque Industrial Rural
CFL	Caminhos de Ferro de Luanda	PLANAGEO	Plano Nacional de Geologia
CFM	Caminhos de Ferro de Moçâmedes	PLANAGRÃO	Plano Nacional de Fomento para a Produção de Grãos
COMESA	Mercado Comum da África Oriental e Austral	PLANAPESCUARIA	Plano Nacional de Fomento e Desenvolvimento da Pecuária
DHIS2	Sistema de Informação de Saúde Distrital	PLANAPESCAS	Plano Nacional do Fomento das Pescas
DMU	Unidade Múltipla a Diesel	PMA	País Menos Avançado
DST	Doença Sexualmente Transmissível	PME	Pequenas e Médias Empresas
EAC	Comunidade da África Oriental	PPP	Parceria Público-Privada
ELP	Estratégia de Longo Prazo "Angola 2050"	PREI	Programa de Reconversão da Economia Informal
ENDIAMA E.P.	Empresa Nacional de Prospeção, Exploração, Lapidação e Comercialização de Diamantes de Angola	PRM	País de Rendimento Médio
EPAS	Empresas Públicas de Águas e Saneamento	PRODESI	Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações
EPI	Índice de Desempenho Ambiental	PROPRIV	Programa de Privatizações
ETA	Estação de Tratamento de Água	REA	Reserva Estratégica Alimentar
FAA	Forças Armadas Angolanas	RNA	Rádio Nacional de Angola
FMI	Fundo Monetário Internacional	RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
GUE	Guiché Único da Empresa	SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
I&D	Investigação e Desenvolvimento	SBES	Subsistema do Ensino Superior
ICAO	Organização Internacional da Aviação Civil	SIAC	Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão
IDE	Investimento Directo Estrangeiro	SNCTI	Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
IES	Instituições de Ensino Superior	SNS	Sistema Nacional de Saúde
IGT	Inspecção Geral do Trabalho	SPCB	Serviço de Protecção Civil e Bombeiros
IIGD	Instituições de Investigação e Desenvolvimento	STEAM	Ciência, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática
INACOQ	Instituto Nacional de Controlo da Qualidade	TAAG	Linhas Aéreas de Angola
INAPEM	Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas	TARV	Tratamento Anti-Retroviral
INE	Instituto Nacional de Estatística	TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
INEFOP	Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional	TIP	Tratamento Intermitente Preventivo
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social	TPA	Televisão Pública de Angola
IP	Internet Protocol	TUPPI	Projecto Todos Unidos Pela Primeira Infância
IRSEA	Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e de Água	UNDESA	Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais
ISCED	Instituto Superior de Ciências da Educação	UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
IVA	Imposto Sobre o Valor Acrescentado	USD	Dólar dos Estados Unidos
MEP	Ministério da Economia e Planeamento	VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana
MINFIN	Ministério das Finanças	ZCLCA	Zona de Comércio Livre Continental Africana
		ZF	Zona Franca

1. Enquadramento estratégico

O Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), de acordo com o estipulado na Lei de Bases do Regime Geral do Sistema Nacional de Planeamento (Lei nº 1/11 de 14 de Janeiro), é um instrumento de planeamento de médio prazo que visa implementar a Estratégia de Longo Prazo “Angola 2050” (ELP). Deste modo, a elaboração do PDN 2023-2027 visa responder aos objectivos estratégicos definidos na ELP, assegurando o alinhamento e a coerência entre os instrumentos de planeamento de médio e longo prazos e a monitorização constante da progressão do nosso País em relação às metas avançadas na ELP.

O PDN 2023-2027 segue as linhas orientadoras do Plano de Governo 2022-2027, mas vai além, tomando em consideração os múltiplos compromissos assumidos pelo Governo, quer a nível internacional como nacional.

A nível de compromissos internacionais, foram enquadradas as agendas 2063 da União Africana “A África que queremos” e 2030 das Nações Unidas sobre os “Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis”, bem como o Plano Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC 2020-2030 e o Plano Indicativo Estratégico a Médio Prazo da CEEAC 2021-2025. Igualmente, tivemos em conta o potencial da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), que estabelece a ligação entre 1.300 milhões de pessoas em 55 países, e a ratificação do acordo para a criação da Zona de Comércio Livre Tripartida, entre o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), e a Comunidade da África Oriental (EAC), que permitirá acesso facilitado a mais de 500 milhões de consumidores.

A nível interno, levamos em consideração a integração de políticas e programas dos diversos sectores, assegurando que o PDN adopte uma perspectiva nacional, sectorial e transversal. Adicionalmente, também foram considerados os instrumentos do Governo com teor transversal como o PRODESI, PREI, PROPRIV, PIIM, Kwenda, entre outros.

O PDN 2023-2027 é um instrumento de planeamento: (i) realista, com as metas definidas baseadas em factos e na experiência nacional e internacional nos diferentes domínios; (ii) exequível, com acções claras que podem ser efectivamente implementadas no quinquénio; (iii) colaborativo, tendo sido elaborado com consulta das diferentes instituições que tutelam os vários sectores e serviços públicos, assim como os nossos parceiros económicos e sociais e a sociedade civil em geral; e (iv) consistente, com a Estratégia de Longo Prazo “Angola 2050” e restantes compromissos regionais e internacionais em vigor.

Em suma, a elaboração do presente PDN 2023-2027 sustentou-se numa abordagem abrangente e integrada, levando em consideração as políticas e os programas existentes, alinhando-se aos compromissos internacionais e nacionais e incorporando todas as iniciativas sectoriais e transversais em vigor, que visam o desenvolvimento do capital humano, a segurança alimentar, a redução da pobreza, maior integração económica regional e progresso socioeconómico, e que serão cruciais para a edificação de uma sociedade mais próspera e resiliente, e de uma economia mais diversificada, aberta e sustentável.

2. Evolução recente do contexto internacional

Angola está a enfrentar um ambiente económico internacional e geopolítico incerto, moldado por acontecimentos globais.

2018-22: cinco anos sem precedentes

Os últimos cinco anos foram turbulentos. A combinação da pandemia de COVID-19, a crise de abastecimento de energia, o aumento significativo da inflação global e tensões geopolíticas lançaram o mundo num estado de agitação e incerteza sem precedentes. Nenhum aspecto da sociedade escapou ileso.

Desde o início de 2020, a maioria dos países tem enfrentado inúmeros desafios aos objectivos de desenvolvimento aos quais se tinham comprometido. A pobreza extrema aumentou à escala global em 2020, pela primeira vez em 20 anos. Sem prejuízo dos desafios sociais e económicos decorrentes da conjuntura actual, é importante notar que a nível da COVID-19 se tem observado uma redução notável dos casos registados a nível mundial, o que representa uma evolução muito positiva relativamente aos anos anteriores.

Os Países Menos Avançados (PMAs) e Países de Rendimento Médio (PRMs) enfrentam preços crescentes a par de vulnerabilidades significativas resultantes de dívidas públicas pouco sustentáveis, o que dificulta os planos de desenvolvimento no longo prazo. Adicionalmente, as alterações climáticas continuam a representar riscos no longo prazo, uma vez que as catástrofes naturais e o clima extremo afectam os países de forma abrangente, desde a agricultura às infraestruturas.

Em 2022, a maioria dos países recuperou para níveis de Produto Interno Bruto (PIB) pré-pandémicos, mas o crescimento lento ameaça o ciclo que se avizinha.

2023-2027: um ciclo duro e incerto

Dada a turbulência dos últimos cinco anos, 2023 começou em modo de crise. O risco de erro de cálculo da política fiscal, monetária ou financeira aumentou, num momento em que a economia mundial é frágil e que os mercados financeiros estão a mostrar sinais de stress. As soluções de compromisso de políticas para abordar a crise de custo de vida são particularmente desafiantes.

Este cenário assemelha-se ao período de crise na década de 1970, quando os choques petrolíferos e os preços do petróleo mergulharam o mundo numa crise energética que provocou uma inflação elevada, conflitos geopolíticos e um abrandamento da produtividade no Ocidente. Foi uma crise que demorou quase 20 anos a ser ultrapassada, tendo obrigado um investimento em independência energética por parte de países não-OPEP, bem como a medidas austeras, visando a estabilização monetária, incluindo taxas de juro de dois dígitos e recessões económicas.

Há, no entanto, diferenças entre os desafios actuais e os da década de 1970. O mundo actual está interligado de forma mais global, limitado pelo carbono e pela dependência financeira, uma vez que os países têm muito mais dívida em percentagem do PIB.

Nestes próximos cinco anos (e, provavelmente, na próxima década), o mundo poderá tomar novas direcções à medida que as actuais megatendências vão moldando a política global, a demografia e as necessidades energéticas. Geopoliticamente, a relativa moderação na política internacional poderá dar lugar a uma maior polarização entre blocos, o que já podemos verificar no comércio, onde foram

Inserção na ELP

A Estratégia de Longo Prazo “Angola 2050” (ELP) visa responder aos desafios que se colocam ao País no horizonte temporal de 2023-2050, tomando uma abordagem holística, através de abordagens distintas para os diferentes sectores da economia e áreas de interesse especial, que se unificam numa visão geral para atingir os seguintes objectivos globais:

- Uma sociedade que valoriza e potencia o seu capital humano;
- Uma infra-estrutura moderna e competitiva;
- Uma economia diversificada e próspera;
- Um ecossistema resiliente e sustentável; e
- Uma nação aberta ao mundo, segura e com igualdade de oportunidades.

Cada abordagem sectorial está organizada por: “Metas Principais”, que são métricas internacionalmente comparáveis que melhor descrevem o estado de desenvolvimento do sector, expressas através do valor mais recente e projecções de médio (2027) e longo prazo (2050), e que indicam o progresso previsto para os diferentes sectores; “A nossa visão”, onde se apresenta um diagnóstico breve do sector e as ambições para 2050; “As escolhas com que nos deparamos”, onde se refere as decisões estratégicas a tomar para o alcance das ambições sectoriais; e “As nossas soluções”, onde são avançadas acções específicas que contribuirão para o alcance das metas de médio e longo prazos.

As “Metas Principais” servem como métricas de progresso das diferentes políticas estratégicas do PDN 2023-2027 e de todos os PDNs até 2050, assegurando a consistência estratégica entre os diferentes instrumentos de planeamento do Governo e a constante monitorização do nosso progresso em direcção aos objectivos de longo prazo.

Os eixos estratégicos do PDN 2023-2027 convergem com os eixos estratégicos da ELP, assegurando o alinhamento necessário entre a visão de longo prazo e o instrumento de implementação dessa estratégia no curto prazo, o PDN.

O eixo “Uma nação na aberta ao mundo, segura e com igualdade de oportunidades” aborda as questões essenciais para a redução dos níveis de desigualdade da nossa sociedade e reflecte-se nos eixos 1, 4 e 7 do PDN.

O eixo “Uma infra-estrutura moderna e competitiva” está reflectido principalmente no eixo 5 do PDN, mas também no eixo 2.

O eixo “Um ecossistema resiliente e sustentável” complementa o eixo anterior, e é reflectido principalmente no eixo 5 do PDN.

O eixo “Uma economia diversificada e próspera” aborda a questão do desenvolvimento de uma economia diversificada, com uma redução do peso do sector petrolífero e a necessidade global de se adoptar fontes energéticas renováveis para se assegurar a sustentabilidade ambiental. Este eixo é reflectido nomeadamente nos eixos 5 e 6 do PDN.

O eixo “Uma nação que valoriza e potencia o seu capital humano” aborda todas as questões relacionadas com a melhoria e dinamização do capital humano, nomeadamente todas as áreas relacionadas com a educação e saúde, incluindo também as áreas de desporto e cultura. Este eixo é reflectido no eixo 3 do PDN.

Assim sendo, todos os eixos estratégicos da ELP são cobertos integralmente no presente PDN, assegurando a consistência estratégica que almejamos e o cumprimento da função primordial do PDN como instrumento de implementação da visão para 2050.

Em termos de ligação com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, a metodologia utilizada foi baseada no Guia das Nações Unidas para o alinhamento dos Planos de Desenvolvimento Nacionais aos ODS - Rapid Integrated Assessment (RIA) of the Alignment of National Development Plan with the Sustainable Development Goals (SDGs). Das 284 prioridades do Plano, 212 têm um impacto directo sobre o alcance das metas dos ODS, representando 74,6% do total de prioridades, sendo que:

- 36 prioridades impactam o ODS 9;
- 29 prioridades impactam o ODS 16;
- 28 prioridades impactam o ODS 4;
- 18 prioridades impactam o ODS 17;
- 16 prioridades impactam o ODS 8;
- 15 prioridades impactam o ODS 10;
- 13 prioridades impactam o ODS 2;
- 12 prioridades impactam o ODS 3;
- 12 prioridades impactam o ODS 11;
- 11 prioridades impactam o ODS 1;
- 6 prioridades impactam o ODS 13;
- 4 prioridades impactam o ODS 6;
- 4 prioridades impactam o ODS 7;
- 3 prioridades impactam o ODS 14;
- 2 prioridades impactam o ODS 5;
- 2 prioridades impactam o ODS 15; e
- 1 prioridades impactam o ODS 12.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



ratificados mais acordos regionais em 2021 do que nos cinco anos anteriores. Prevê-se também que o mundo sofra mudanças no que respeita à demografia. Enquanto o resto do mundo luta contra o envelhecimento da população, África será responsável por mais de metade do crescimento da população mundial nas próximas décadas. No sector energético, a disrupção continuará a intensificar-se: a mudança para energias com baixo teor de carbono é inevitável, mas o investimento total actual em todas as formas de energia está a ficar aquém das necessidades energéticas. Por último, o crescimento contínuo do balanço global no contexto de taxas de crescimento normalizadas criará pressão sobre a maioria das economias.

Em consequência de todos estes factores, as previsões para 2023 e anos subsequentes são sombrias. O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um abrandamento do crescimento em 2023 e 2024 para 3,0% (vs. 3,5% em 2022).

A inflação desencadeou um endurecimento das políticas monetárias em todo o mundo. Paralelamente, o dólar norte-americano subiu substancialmente em valor em relação à maioria das outras moedas, para o máximo desde o início dos anos 2000. Embora a curto prazo a inflação se tenha mantido elevada, a expectativa é que as novas políticas monetárias mais rigorosas abrandem a procura, fazendo baixar lentamente a inflação. Consequentemente, o FMI acredita que a inflação global já tenha atingido um pico em finais de 2022, mas permanecerá elevada por mais tempo do que anteriormente esperado, diminuindo para 5,2% em 2024.

A grande questão que se coloca é como se comportará a economia da China, dado que o País poderá enfrentar um aumento da COVID-19 após abandonar a política de "COVID zero". Dada a dimensão da economia chinesa e a sua importância nas cadeias de abastecimento mundiais, qualquer perturbação pesará fortemente no comércio e noutras actividades económicas mundiais.

A maioria das economias de mercados emergentes e em desenvolvimento continuarão a considerar este contexto desafiante. A forte valorização do dólar norte-americano aumenta significativamente as pressões internas sobre os preços, uma vez que restringe as condições financeiras e aumenta o custo dos bens e serviços importados. Os fluxos de capital levarão tempo a recuperar e muitas economias de rendimento reduzido e em desenvolvimento permanecerão em sobre-endividamento.

Angola deverá pôr em execução o seu plano de médio prazo neste ambiente económico e geopolítico complexo, para que o País tenha um crescimento sólido e responda às expectativas de todos os angolanos.

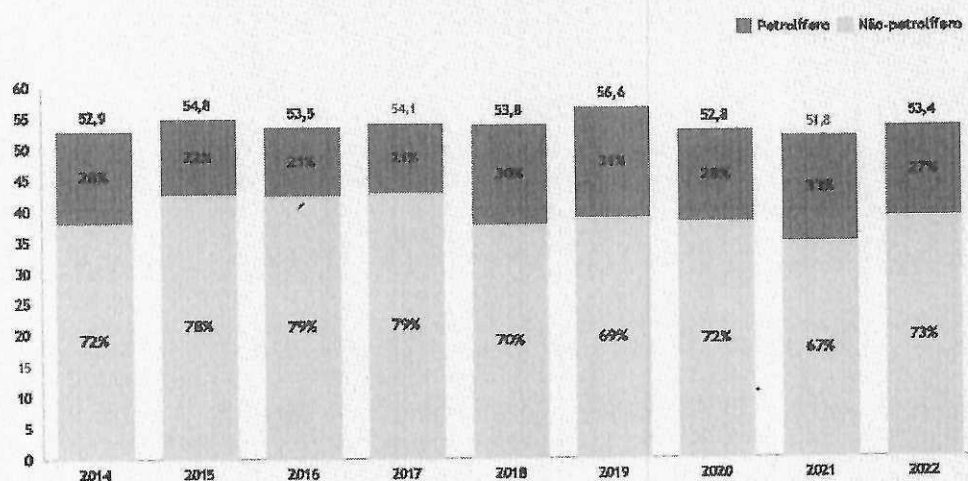
3. Evolução recente do contexto nacional

Angola atravessou 5 anos de recessão económica, com contracções do PIB em todos os anos entre 2016 e 2020. Esta trajectória inverteu-se em 2021 e o crescimento consolidou-se em 2022. Em 2014, o PIB de Angola atingiu USD 146 mil milhões, segundo o Fundo Monetário Internacional, fazendo desta a terceira maior economia da África Subsaariana (depois da Nigéria e da África do Sul). Em 2020, no pico da crise da COVID-19, o PIB sofreu uma redução de cerca de 60% e Angola caiu para a posição de oitava maior economia na África Subsaariana. A recuperação iniciou-se em 2021, e em 2022 Angola já tinha regressado à terceira posição.

A volatilidade do preço internacional do petróleo continua a traduzir a importância do sector petrolífero na nossa economia, apesar da progressiva diversificação económica dos últimos anos. Os sectores chave na diversificação económica têm sido a agropecuária e a indústria, que tiveram, entre 2020 e 2022, um crescimento médio anual do PIB de cerca 5% e 2%, respectivamente.

Nesta evolução em direcção à diversificação, a execução do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) desempenhou um papel determinante, evidenciado pelo acréscimo do PIB não-petrolífero em mais de Kz 2 biliões entre 2019 e 2022.

Quadro 1
Evolução do PIB petrolífero e não-petrolífero, 2014-2022, Kz biliões, a preços de 2022



Fonte: Ministério da Economia e Planeamento (MEP).

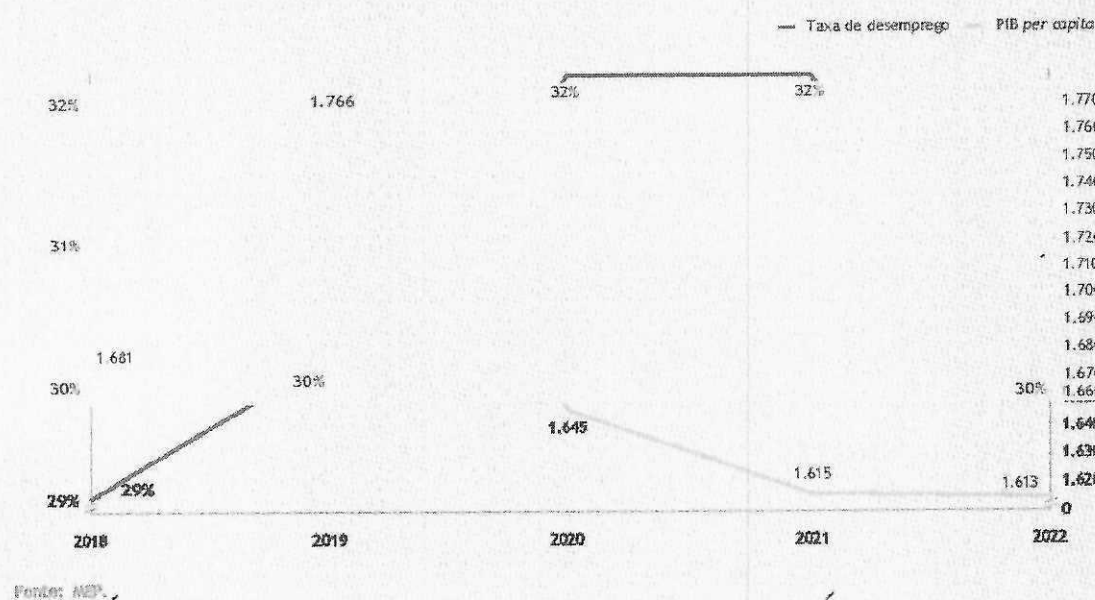
No último quinquénio (2018-2022), manteve-se a trajectória de crescimento demográfico, com a estimativa da população a aumentar de 29 milhões para 33 milhões, representando um crescimento anual de 3,1%. A taxa de fertilidade no País manteve-se elevada, numa média de 5,4 filhos por mulher.

Este crescimento, combinado com a recessão da economia petrolífera experienciada no período, reflectiu-se numa ligeira queda de 4% (a preços de 2022) do PIB *per capita* entre 2018 e 2022.

Um dos principais reflexos desta evolução económica na vida dos angolanos vê-se no emprego. No último quinquénio de 2018-2022 foram criados cerca de 2 milhões de empregos, ao mesmo tempo que a população activa aumentou em 3 milhões de potenciais trabalhadores, aumentando a taxa de desemprego de cerca de 29% para cerca de 30%. A taxa de desemprego manteve-se mais elevada para os jovens (abaixo dos 25 anos), tendo subido de 52% para 53%.

Quadro 2

Evolução da taxa de desemprego vs. PIB *per capita*, 2018-2022, Kz milhares, a preços de 2022



Nos próximos 5 anos (2023-2027) perspectiva-se a consolidação do crescimento económico positivo verificado.

De facto, até 2027 prevê-se um crescimento económico real anual médio de cerca de 3%, com o PIB não-petrolífero a crescer cerca de 4,6% por ano

em média, compensando a contracção do sector petrolífero em cerca de 2%. Este crescimento permitirá atingir em 2027 um PIB global de Kz 61.538 mil milhões, a preços de 2022.

Neste período, perspectiva-se uma redução da taxa de desemprego de 30 para 25%.

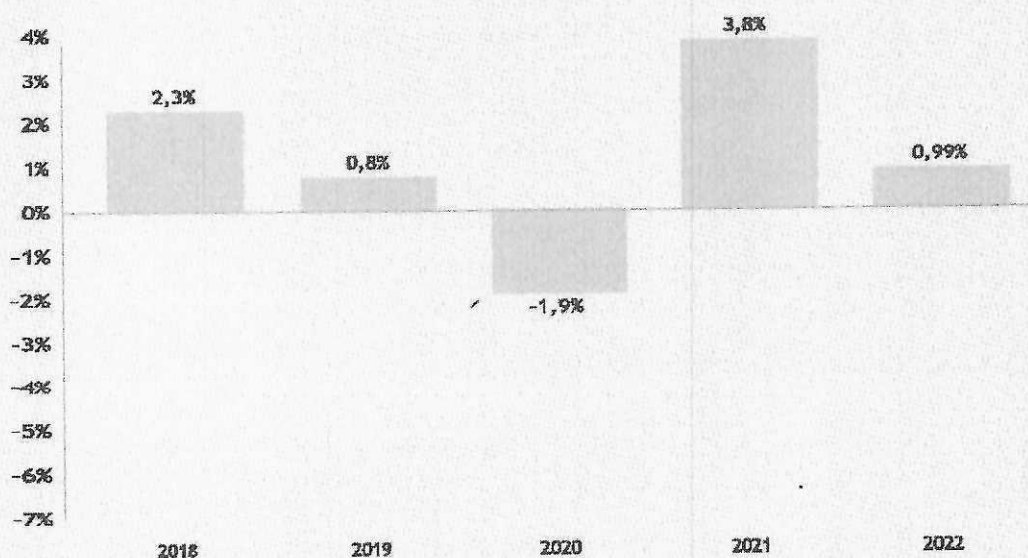
A prossecução do crescimento económico e a decorrente melhoria do bem-estar dos cidadãos depende de um conjunto de reformas iniciadas no quinquénio que concluiu. Em particular, três áreas de actuação merecem destaque pelo papel que desempenham - a manutenção da estabilidade macroeconómica e fiscal, o aumento do investimento e participação do sector privado na economia e a formalização dos agentes económicos.

O último quinquénio foi marcado pela consolidação fiscal, apesar do impacto da resposta exigida pela crise da COVID-19. Nesses cinco anos, o saldo orçamental médio ficou em -2,6%, acima dos cinco anos antecedentes (média de défice de 3,7%) e com *superávits* de 3,8% e 0,99%, respectivamente, nos últimos dois anos do período. A sustentabilidade das

contas públicas foi conseguida sem comprometer os serviços prestados pelo Estado. O investimento público representou mais de 20% de toda a despesa corrente nos cinco anos, nomeadamente direccionado a infraestruturas base (p.ex. energia, água, transportes, telecomunicações), sectores sociais chave (p.ex. educação e saúde) e ainda a nível municipal através do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM). Para a melhoria das contas públicas contribuíram as reformas realizadas a nível tributário, com destaque para a introdução do IVA em 2019. Entre 2017 e 2022, o rácio da receita não-petrolífera sobre o respectivo PIB subiu de 7,2% para 10,4%. O reflexo mais visível desta consolidação das contas públicas poderá ser a redução da dívida pública, que passou de 134% do PIB no seu pico em 2020 para 65% no final de 2022.

Quadro 3

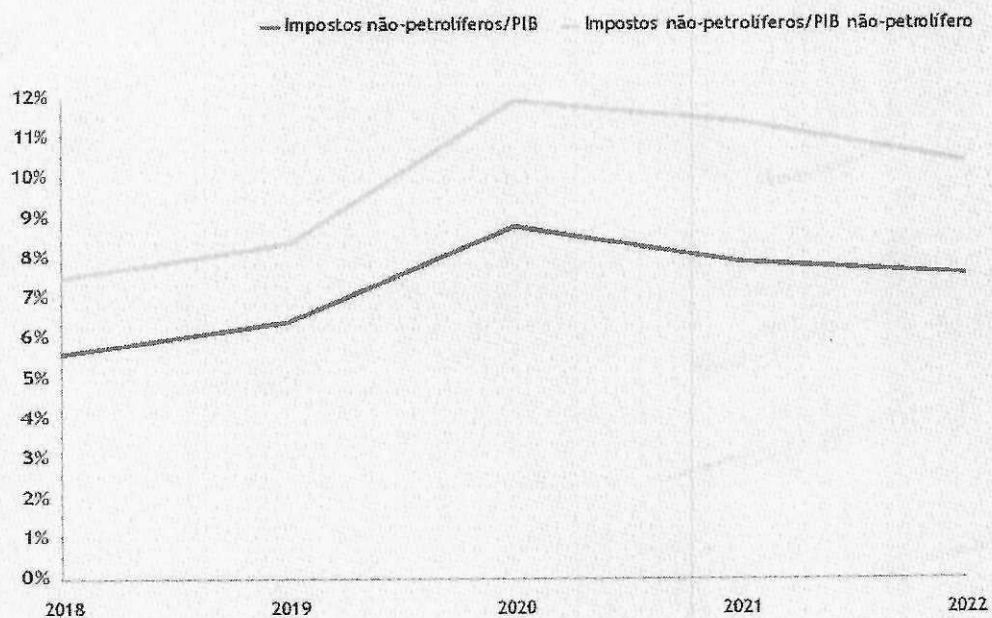
Evolução do défice/superavit fiscal, 2017-2022, % do PIB



Fonte: FMI.

Quadro 4

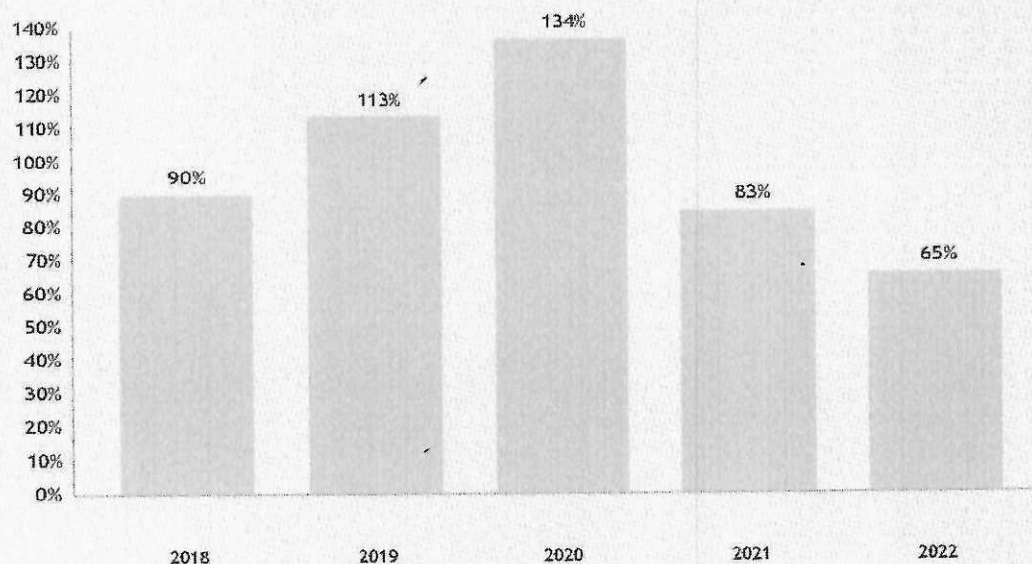
Evolução da receita fiscal não-petrolífera, 2017-2022, % do PIB



Fonte: INE.

Quadro 5

Evolução da dívida pública, 2017-2022, % do PIB



Fonte: Ministério das Finanças (MDFIN).



Programa 15

Programa de Desenvolvimento Integral da Juventude

Objectivo 15.1: Desenvolver infraestruturas de apoio social a jovens

As infraestruturas de apoio social são necessárias para expandir o acesso a serviços essenciais aos segmentos da sociedade com recursos financeiros limitados. Como tal, iremos expandir os centros de apoio à juventude, garantindo uma cobertura mais alargada e um maior grau de acesso, quer pela construção de novos centros quer pelo apoio a iniciativas privadas.



Prioridade 15.1.1: Expansão de infraestruturas de apoio social aos jovens e implementação do Observatório Nacional da Juventude

1. Construir e equipar as casas, centros comunitários, parques de campismo e pousadas da juventude.
2. Reforçar o processo de expansão dos serviços locais do Instituto Angolano da Juventude pelas 18 províncias.
3. Expandir os serviços prestados nos centros de juventude, passando a incluir entretenimento, aconselhamento em matéria de saúde sexual e reprodutiva e literacia digital.
4. Proporcionar formação e partilhar boas práticas de gestão sustentável aos gestores e empregados das casas e centros de juventude locais.
5. Organizar o Festival Nacional da Juventude e os Prémios Nacionais Anuais da Juventude, com vista a promover bons comportamentos sociais entre os jovens, angariando, paralelamente, fundos adicionais para sustentar os centros de juventude.
6. Implementar o Observatório Nacional da Juventude para recolha e análise de dados relativos ao desenvolvimento e aos desafios da juventude.
7. Fomentar o desenvolvimento de clubes e organizações de jovens.
8. Coordenar os esforços de sensibilização e acções sociais para o benefício da juventude por empresas privadas, cidadãos e ONGs, através dos diferentes centros de juventude.

Objectivo 15.2: Proporcionar aos jovens uma educação cívica e socialmente responsável

À medida que a população cresce, esforços para manter a boa ordem pública tornar-se-ão cada vez mais complexos. Considerando que se prevê que o nosso País passe por uma explosão populacional, temos de garantir que divulgamos valores cívicos e ensinamos práticas socialmente responsáveis à nossa juventude, o que lançará as bases para um grau de coesão social que nos permitirá desbloquear os benefícios socioeconómicos que o dividendo demográfico comporta.



Prioridade 15.2.1: Desenvolvimento da Plataforma Nacional de Voluntariado

1. Alterar a legislação em torno das associações de jovens e estudantes, incluindo a Lei da Juventude e o Estatuto do Dirigente Associativo, com o objectivo de estabelecer e facilitar o funcionamento das associações de voluntariado jovens.
2. Desenvolver e activar uma plataforma nacional de voluntariado, onde todos os projectos voluntários serão identificados, e onde potenciais voluntários se poderão registar e inscrever enquanto voluntários para projectos do seu interesse.
3. Promover a Cartilha do Jovem Exemplar através dos órgãos de comunicação social.
4. Promover maior envolvimento do Ministério de tutela na dinamização de projectos de voluntariado escolar.
5. Promover o financiamento de organizações e projectos de voluntariado por instituições privadas e públicas.
6. Realizar uma campanha de sensibilização de âmbito nacional sobre a plataforma, e sobre o trabalho voluntário em geral, em coordenação com escolas, igrejas e outras instituições públicas.

Objectivo 15.3: Disponibilizar aos jovens serviços de apoio à saúde sexual e reprodutiva

A gravidez na adolescência e as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) podem ter efeitos devastadores na vida dos jovens, levando-os a abandonar o seus estudos, e consequentemente limitando as suas perspectivas de emprego, principalmente em populações vulneráveis da sociedade, já sobrecarregadas, e que veem a sua capacidade de quebrar o círculo da pobreza reduzir. Devemos aumentar a sensibilização dos jovens quanto aos perigos de comportamentos sexuais de risco, bem como promover práticas saudáveis, fornecendo simultaneamente ferramentas para evitarem comportamentos que lhes impedirão de desfrutar de uma vida próspera.



Prioridade 15.3.1: Criação de instrumentos de apoio à saúde sexual e reprodutiva jovem

1. Criar uma plataforma digital de apoio à saúde sexual e reprodutiva, que forneça informação sobre testes e tratamento de diferentes DSTs, métodos contraceptivos, planeamento familiar, localização de estabelecimentos médicos com serviços de ginecologia e linhas telefónicas anónimas para aconselhamento.
2. Reforçar e expandir o projecto Juventude Informada Responsável e Organizada (JIRO), realizando campanhas de sensibilização regulares sobre saúde sexual e reprodutiva, incluindo a distribuição massiva de contraceptivos (p.ex., preservativos).
3. Implementar serviços SMS gratuitos (abordando os que não são digitalmente activos) em parceria com os operadores de telecomunicações nacionais, fornecendo informações sobre saúde sexual e reprodutiva (p.ex., sobre como controlar o ciclo reprodutivo e práticas sexuais saudáveis).

Objectivo 15.4: Promover a empregabilidade e o empreendedorismo juvenil

As actuais taxas de desemprego juvenil, sendo que aproximadamente um quinto da nossa população jovem está desempregada, urgem a implementação de medidas para a redução deste fenómeno, de formá a asseguramos a estabilidade da nossa sociedade e o pleno desenvolvimento dos nossos jovens. O sucesso destas medidas estará dependente de factores de conjuntura económica, como níveis de crescimento do PIB, que permitam o aumento dos postos de emprego e a procura por produtos e serviços. Concentraremos esforços para apoiar a empregabilidade da juventude através da formação profissional e do fomento do empreendedorismo. De forma a assegurar que a juventude nacional beneficie das medidas implementadas, melhoraremos a capacidade de coordenação entre os diferentes actores envolvidos nestes esforços, assim como os níveis de monitorização das acções implementadas.



Prioridade 15.4.1: Melhoria da coordenação e monitorização dos esforços para promoção da empregabilidade e empreendedorismo juvenil

1. Criar uma comissão interministerial para coordenação das acções que visam reduzir o desemprego juvenil e promover a empregabilidade e capacidade empreendedora dos jovens.
2. Assegurar que as quotas dedicadas à juventude nos diferentes projectos do Governo são cumpridas.
3. Publicar um relatório anual relativo à juventude, que aborde o progresso feito em todas as frentes relativas ao desenvolvimento deste segmento da população.



Programa 16

Programa de Promoção da Inovação e Transferência de Tecnologia

Objectivo 16.1: Implementar uma visão integrada que promova a inovação empresarial

De forma a acelerar a inovação empresarial e a transição digital nacional, iremos promover uma maior colaboração entre a comunidade científica e o tecido empresarial angolano, para a criação de coligações inovadoras. Complementarmente, estimularemos o desenvolvimento do nosso ecossistema de inovação, atraindo investimento que promova a inovação empresarial e criando centros de inovação e competência associados às IES e II&D.



Prioridade 16.1.1: Potenciação do sistema de ciência, tecnologia e inovação

1. Aumentar:
 - Investimento em II&D como percentagem do PIB;
 - Publicações em revistas científicas por mil habitantes;
 - Pedidos de patentes por mil habitantes; e
 - Número de investigadores em II&D por mil de habitantes.
2. Criar incubadoras de empresas com formação tecnológica em 11 universidades e 4 institutos superiores politécnicos.
3. Concluir o sistema de repositório científico nacional.
4. Operacionalizar o Parque de Ciência e Tecnologia de Luanda.
5. Dotar o Centro Nacional de Investigação Científica (CNIC) de meios humanos.
6. Criar 2 centros de competências, nos sectores da agricultura e saúde pública.
7. Lançar o Prémio Nacional de Ciência e Inovação.

Objectivo 16.2 : Reforçar o sistema científico e tecnológico

Iremos desenvolver o SNCTI, através de um novo quadro de financiamento e regulamentar que permita acelerar o desenvolvimento da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECIT), em funcionamento desde 2021.



Prioridade 16.2.1: Reforço da qualidade do SNCTI

1. Estabelecer a nova política do SNCTI.
2. Aprovar o quadro regulamentar para avaliação e acreditação de todos os II&D e actores relevantes.
3. Executar o primeiro ciclo de avaliação e acreditação de todos os II&D e actores relevantes.
4. Executar dois ciclos de avaliação de desempenho de investigadores científicos de todas as II&D.



Programa 17

Programa do Emprego, Empreendedorismo e Formação Profissional

Objectivo 17.1: Reforçar a empregabilidade da população

O desemprego é um fenómeno socioeconómico com amplas implicações para a sociedade. Taxas elevadas de desemprego reduzem os níveis de consumo interno, pois uma grande parte da sociedade fica desprovida de rendimentos, levando a uma menor procura de bens essenciais, produtos e serviços. Estudos também comprovam a correlação entre o desemprego e o aumento da pobreza, de todas as formas de violência e da vulnerabilidade social da população. Reduziremos o desemprego, não só fomentando o crescimento económico, como também implementando acções específicas que estimulem a criação de emprego, nomeadamente através do desenvolvimento de competências práticas para entrada no mundo empresarial e de um sistema de formação profissional de apoio aos trabalhadores menos qualificados, particularmente os jovens, que representam a maior percentagem de desempregados.

Prioridade 17.1.1: Desenvolvimento do Plano Nacional de Emprego

1. Desenvolver o Plano Nacional de Emprego.

Prioridade 17.1.2: Melhoria dos centros e serviços de emprego

1. Implementar uma plataforma de gestão dos serviços do centro de emprego que trate da sistematização e controlo dos pedidos, ofertas e colocações de emprego.
2. Implementar uma plataforma digital que agregue todos os perfis dos candidatos dos diferentes centros de emprego, acompanhe o seu estado laboral e forneça serviços, como criação de CVs, marcação de serviços de aconselhamento de carreira, entre outros.
3. Aumentar o número de centros de emprego e assegurar que se encontram devidamente equipados com recursos técnicos e humanos.

Prioridade 17.1.3: Projecto de estágios profissionais

1. Criar um projecto de estágios profissionais, em conjunto com empresas locais e multinacionais.
2. Promover a adesão ao projecto de estágios através de campanhas de comunicação social, em coordenação com as instituições de ensino superior.
3. Desenvolver incentivos para a contratação efectiva dos estagiários pelas empresas participantes.

Prioridade 17.1.4: Expansão da oferta formativa do SNEFP

1. Construir, requalificar e modernizar centros de formação no âmbito do Sistema Nacional de Emprego e Formação Profissional (SNEFP) - centros de formação profissional, escolas rurais de capacitação e ofícios, centros integrados de formação tecnológica e pavilhões de formação profissional.
2. Estabelecer a Academia Nacional de Programação.
3. Desenvolver uma plataforma digital para formação, com currículos em português, em parceria com ONGs e prestadores de serviços de aprendizagem online.
4. Desenvolver conteúdos direccionados ao empoderamento feminino, sobretudo nas áreas técnicas e tecnológicas.
5. Criar iniciativas de aceleração profissional nas especialidades não inseridas na grelha convencional, acompanhando as novas tendências de desenvolvimento económico e social.
6. Realizar iniciativas formativas nos cursos modulares e microcredenciais, para reforço do perfil profissional dos cidadãos, nomeadamente na superação técnica/tecnológica, desenvolvimento de habilidades comportamentais e línguas estrangeiras.

Objectivo 17.2: Incentivar o empreendedorismo e o auto-emprego

As Pequenas e Médias Empresas (PME) formais contribuem até 40% do PIB das economias emergentes e empregam a maioria dos trabalhadores. O seu desenvolvimento é uma prioridade para fomentar o crescimento do PIB e reduzir o desemprego. Deve-se incentivar a tomada de riscos por potenciais empreendedores para desenvolver um ecossistema empresarial próspero, criando condições em áreas chave, nomeadamente no acesso ao crédito, facilitação de negócios e serviços de apoio e formação de potenciais empreendedores.



Prioridade 17.2.1: Desenvolvimento de um sistema de apoio ao empreendedorismo

1. Promover iniciativas de aceleração de arranque através do desenvolvimento de incubadoras de empresas, com foco nos sectores das TIC.
2. Distribuir kits profissionais para formandos do INEFOP que pretendam empreender.
3. Fomentar o desenvolvimento de um sistema de microcrédito para pequenos empresários, com a assistência de organizações internacionais especializadas na área, para complementar as linhas de crédito activas.
4. Prestar serviços de mentoria por empresários locais e internacionais de sucesso.
5. Financiar o empreendedorismo através do Projecto de Apoio ao Crédito (PAC).
6. Fomentar a criação de centros de apoio ao empreendedorismo rural.
7. Fornecer serviços de formação sobre a gestão de pequenas empresas e em empreendedorismo.
8. Realizar campanhas de sensibilização para promover o empreendedorismo jovem, particularmente no contexto da economia azul e verde.
9. Promover iniciativas que visam facilitar o acesso dos jovens recém-formados ao mercado de trabalho, bem como acções específicas para os desempregados registados há mais tempo nos centros e serviços de emprego.
10. Desenvolver acções e iniciativas que visam fomentar o emprego, por via do Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE).

Objectivo 17.3: Consolidar o Sistema Nacional de Qualificações

O Sistema Nacional de Qualificações é um mecanismo estratégico facilitador que visa coordenar o ensino técnico-profissional e a formação profissional com o mercado de trabalho, através da identificação, categorização e validação das competências profissionais essenciais.



Prioridade 17.3.1: Consolidação do Sistema Nacional de Qualificações

1. Desenvolver seminários a nível nacional de sensibilização sobre o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ).
2. Implementar o sistema integrado de gestão e informação do SNQ.
3. Elaborar as qualificações profissionais a serem disponibilizadas no Catálogo Nacional de Qualificações, de acordo com as áreas profissionais consideradas prioritárias para o desenvolvimento económico do nosso País.
4. Realizar visitas a, e estudos comparativos com, outros países, realidades e instituições congéneres, com os seus próprios Quadros Nacionais de Qualificações implementados, particularmente no continente Africano (SADC, África Central, PALOP).
5. Elaborar as propostas técnicas e legislativas para a implementação do SNQ.
6. Reconhecer as qualificações profissionais obtidas em sistemas de formação profissional estrangeiros com vista à atribuição de equivalências profissionais.
7. Promover o reconhecimento internacional de qualificações nacionais, por via dos respectivos Quadros Nacionais de Qualificações.

Objectivo 17.4: Rever a legislação laboral e implementar mecanismos para monitorar a evolução do mercado de trabalho

Dada a transversalidade das acções relativas ao crescimento do mercado de trabalho, é necessário definir um instrumento para a acção coordenada do Estado, que reúna todos os projectos das administrações locais e centrais, e de todos os sectores da economia destinados a promover o emprego e o empreendedorismo e a melhorar a coordenação entre todos os diferentes participantes e políticas avançadas, com o objectivo de assegurar um alinhamento das acções e uma afectação mais eficiente dos recursos humanos e financeiros para evitar a duplicação de iniciativas e aumentar o impacto das políticas e iniciativas propostas. Além disso, iremos empreender esforços legislativos para construção de um mercado de trabalho justo e recompensação das empresas envolvidas nas iniciativas propostas.

**Prioridade 17.4.1: Actualização da legislação de emprego e formação profissional, e desenvolvimento de mecanismos de monitorização**

1. Institucionalizar o Observatório Nacional de Emprego para actuar como agregador de todos os dados estatísticos relativos ao emprego.
2. Institucionalizar o Fundo Nacional de Emprego.
3. Promover a actualização da Lei do Primeiro Emprego, para proporcionar incentivos fiscais às empresas que contratem jovens recém-formados.
4. Actualizar a Lei Geral do Trabalho, para legislar questões que ainda não foram abordadas, tais como o trabalho remoto, os direitos das mulheres no local de trabalho e a limitação da duração dos contratos a termo.
5. Actualizar a Lei de Base do Sistema Nacional de Formação Profissional.
6. Actualizar a legislação sindical para reforçar os direitos dos trabalhadores em áreas como a negociação colectiva e o direito à greve.

Neste quinquénio, perspectiva-se a manutenção desta trajectória de consolidação e investimento, dentro dos parâmetros da sustentabilidade fiscal. Nos últimos anos, assistiu-se a uma redução da dívida pública, passando de 90% no final de 2018 para 65% no final de 2022. Manteremos o compromisso de níveis sustentáveis de endividamento.

Ao nível macroeconómico também se assistiu a uma estabilização das principais variáveis, resultando de importantes reformas empreendidas no quinquénio, embora se tenha experienciado maior volatilidade nas taxas de inflação e de câmbio.

Embora a inflação tenha subido no segundo trimestre de 2023, nos últimos anos observou-se uma redução significativa da mesma, passando de 42% em 2016, para 14% em 2022. Este quinquénio, mantemos o compromisso de assegurar o poder de compra dos cidadãos e aprimorar as políticas que visam a criação de capital junto das famílias produtoras.

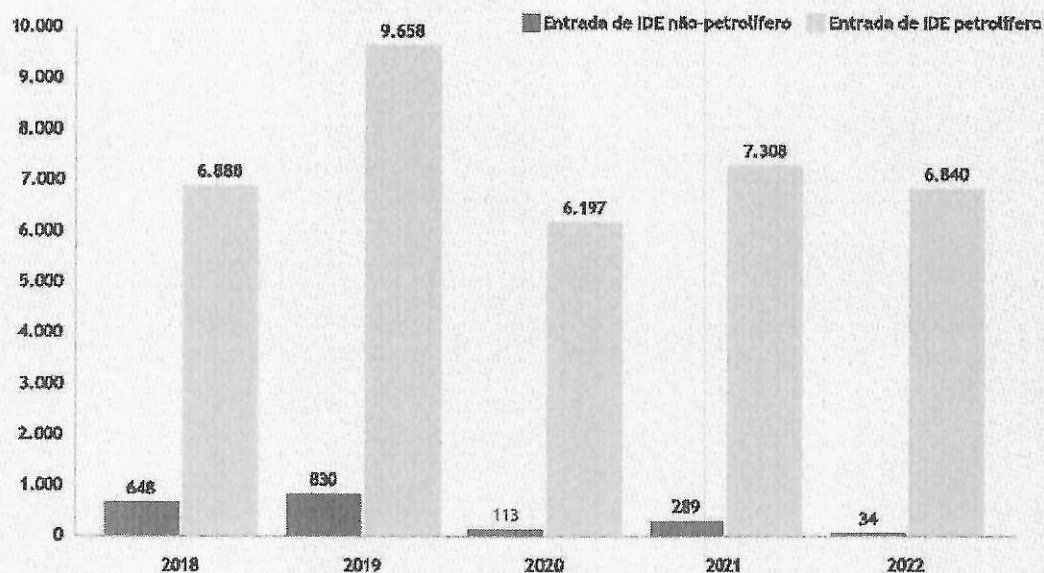
Em finais de 2020 foi liberalizado o regime cambial, com a adopção de uma taxa de câmbio flexível. Esta reforma importante veio mitigar significativamente distorções de mercado, com a convergência das taxas de câmbio formais e informais, e robustecer a capacidade da nossa economia absorver choques externos. Nos primeiros anos do período, assistiu-se a uma desvalorização da cotação da moeda nacional, com recuperação a partir de 2021. Um dólar norte-americano valia Kz 253 em 2018 (valor médio anual), Kz 583 em 2020 e Kz 459 em 2022. Contudo, devido a demandas excepcionais de reembolso da dívida pública e à redução do preço do barril do petróleo, a moeda nacional voltou a sofrer uma desvalorização acentuada, e atingiu o valor mais baixo de sempre em relação ao dólar norte-americano no segundo trimestre de 2023. Apesar da nova política de taxa de câmbio flexível, foi possível manter as reservas internacionais acima da meta de cobertura de 6 meses de importações.

Garantir a estabilidade macroeconómica deverá ser um contributo fundamental para a concretização do segundo objectivo que traçamos - de um aumento da participação do sector privado na economia e do investimento directo estrangeiro.

Em meados de 2019, iniciou-se o Programa de Privatizações (PROPRIV), que identificou 195 activos para transição da esfera pública para a iniciativa privada. Até final do quinquénio, o programa reconheceu avanços relevantes, tendo sido completada a privatização de 93 empresas e activos, que resultaram numa arrecadação para o Estado de Kz 955 mil milhões. Este será um dos programas a continuar nos próximos anos, a fim de privatizar outros activos e empresas adicionais no período de 2023 a 2027.

Adicionalmente, desenvolveram-se as Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões de operação de infraestruturas e serviços. Em termos de PPPs, foram avaliados 41 projectos em 9 sectores. No que tange às concessões completaram-se várias, com particular destaque para as grandes infraestruturas públicas de transportes, como o terminal de contentores do Porto de Luanda e infraestrutura e serviços de transporte de carga pesada no Corredor do Lobito.

Em termos de atracção de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), registou-se no quinquénio uma entrada acumulada de aproximadamente USD 38,8 mil milhões, dos quais USD 36,9 mil milhões vieram do sector petrolífero. Estes valores beneficiaram da actuação da AIPEX, que registou nos últimos cinco anos a intenção de desenvolver 572 projectos, com valor agregado de USD 11 mil milhões (dos quais mais de 70% referentes a IDE). Este quinquénio deverá ser marcado por um aumento expressivo nesta dimensão, prevendo-se captar USD 75,5 mil milhões de IDE entre 2023 e 2027, dos quais USD 26,7 mil milhões para o sector petrolífero. Para tal, continuarão as iniciativas de melhoria de ambiente de negócios.

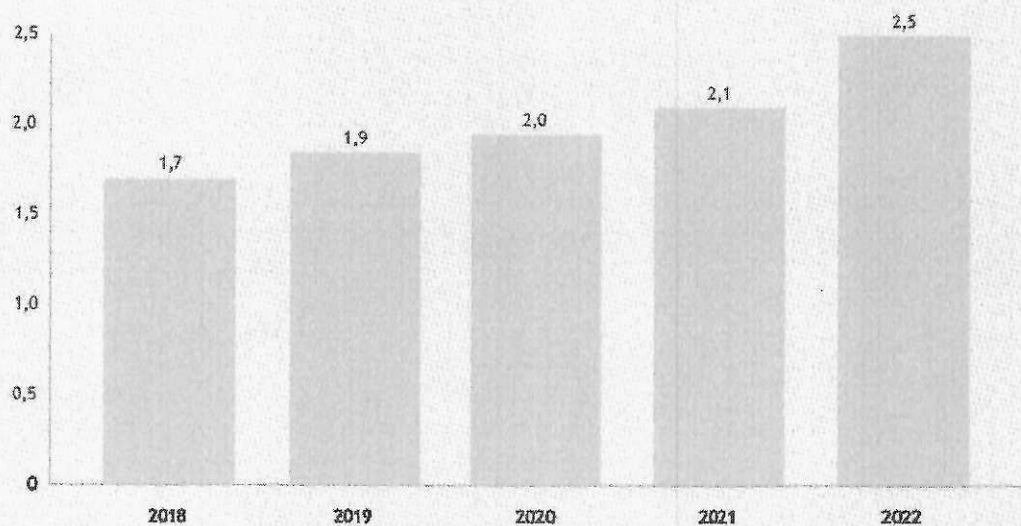
Quadro 6**Evolução da entrada de IDE petrolífero e não-petrolífero, USD milhões**

Fonte: Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações de Angola (AIPEX).

Finalmente, a formalização dos agentes económicos tem um papel central, quer no crescimento económico, quer na sustentabilidade das contas públicas. Assistiu-se a uma continuação da formalização da economia, tendo a formalização do emprego aumentado de 18%

em 2018, para 21% em 2022. Neste domínio, iniciou-se em 2022 o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) que formalizou desde então mais de 251 mil operadores económicos.

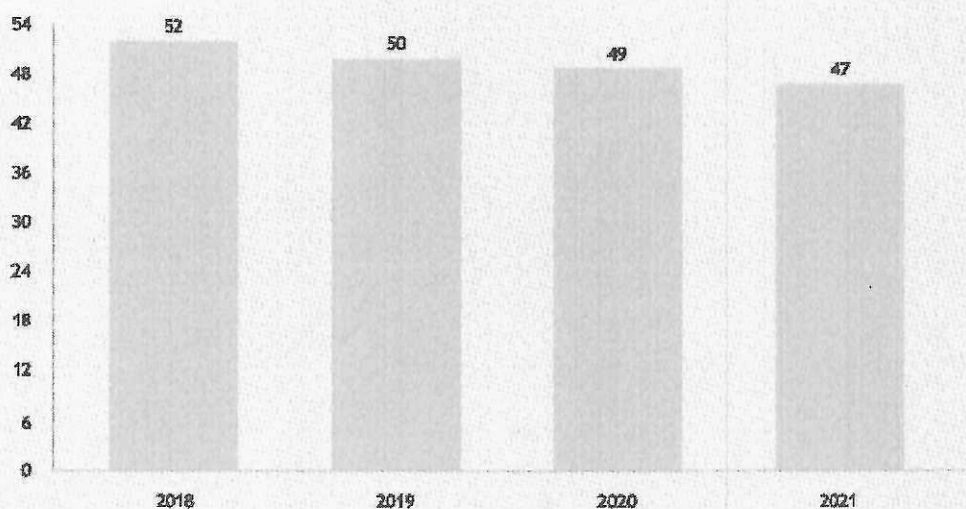
Quadro 7
Evolução do número de operadores económicos formalizados, milhões



Fonte: Instituto Nacional da Segurança Social (INSS).

Quadro 8

Evolução da taxa de mortalidade infantil, número de mortes de menores de 1 ano por mil nados vivos



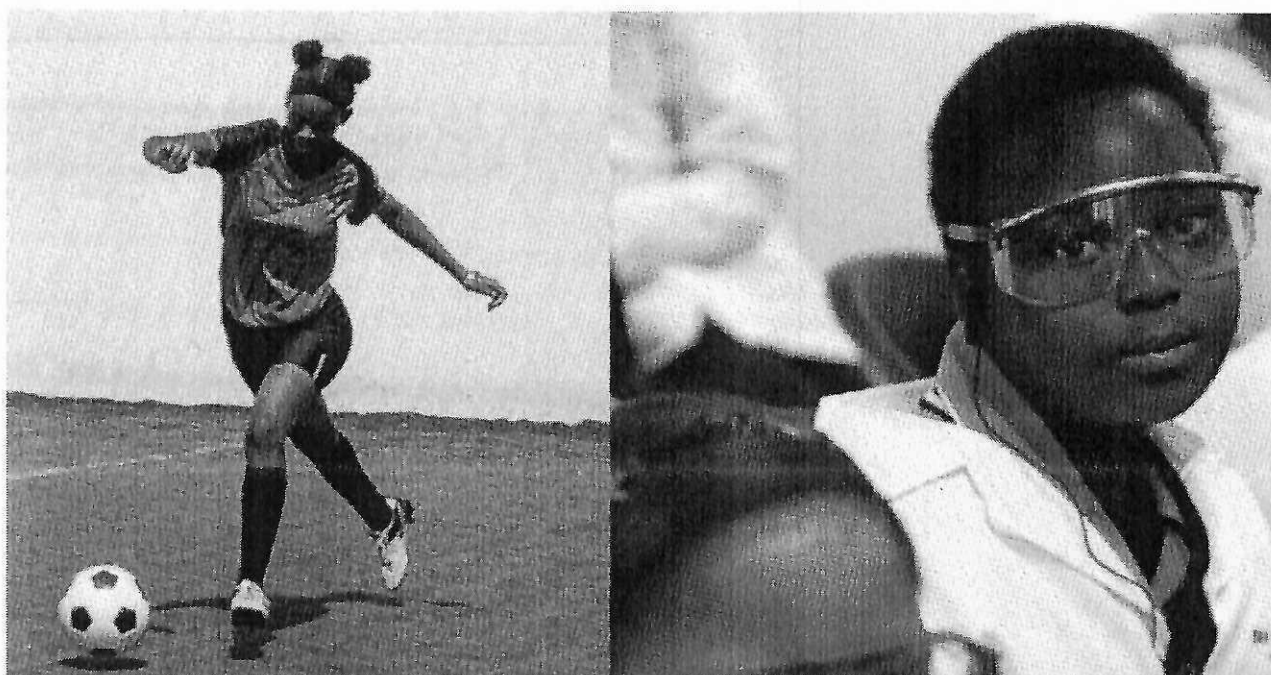
Fonte: Banco Mundial.

Como referido anteriormente, o crescimento demográfico manteve-se como um dos principais determinantes económicos do País. Temos uma população jovem e em crescimento, sendo portanto fundamental acompanhar a potenciação do seu capital humano. Nos últimos anos, embora o Índice de Capital Humano (ICH) do nosso País se tenha mantido por volta de 0,36 entre 2018 e 2020, houve avanços ao nível da saúde e educação na última década. Na saúde, apesar da pandemia de COVID-19, entre 2017 e 2021 a esperança média de vida dos angolanos evoluiu de 61,7 para 62,3 anos e a mortalidade infantil desceu de 54 para 47 mortes por mil nados vivos. Já a taxa de literacia da população passou de 66% em 2014 para 72% em 2021.

No tema da segurança alimentar, o sector da agricultura tem estado a crescer cerca de 5% por ano, de 2020 a 2022, e as campanhas educativas de consciencialização têm contribuído para a sensibilização dos cidadãos sobre a importância de escolhas alimentares saudáveis e sustentáveis. Ainda assim, em 2022 Angola encontrava-se na posição 101 (de um total de 113 países) no Índice Global de Segurança Alimentar da Economist Impact.

Finalmente, no último quinquénio foi possível tomar abordagens inovadoras para a assistência social, o que resultou num aumento de transferências monetárias directas no âmbito do projecto Kwenda, que distribuiu USD 420 milhões por 251 mil de famílias.

No tema da igualdade de género, Angola tem empreendido esforços para aumentar a representatividade do género feminino na política. De facto, entre 2017 e 2022, a representatividade das mulheres passou de 26% (59 deputadas num total de 220 deputados) para 37,7% (83 deputadas num total de 220 deputados), respectivamente. No entanto, quando comparadas as posições de Angola no Índice de Diferenças Globais entre Géneros do Fórum Económico Mundial entre 2017 e 2022, Angola manteve relativamente a sua posição, de 123 em 144 países em 2017 para 125 em 146 países em 2022. Esta estabilidade no índice tem origem na queda de posições nos subtemas da educação, de 139 (2017) para 142 (2022), e do poder político, de 39 (2017) para 59 (2022), apesar da subida de posições nos subtemas da saúde e sobrevivência, de 64 (2017) para 50 (2022), e da participação e oportunidade na economia, de 119 (2017) para 99 (2022).



-  **8. EIXO 3:** Promover o desenvolvimento do capital humano, ampliando o acesso aos serviços de saúde, ao conhecimento e habilidades técnicas e científicas, promover a cultura e o desporto e estimular o empreendedorismo e a inovação

Política de Educação, Juventude, Emprego e Inovação

Melhorar o acesso dos angolanos a ensino e formação profissional de qualidade para aumentar a sua empregabilidade e promover o crescimento e desenvolvimento económico, em especial dos jovens, apoiado num ecossistema empresarial empenhado na inovação e orientado para a diversificação da economia.

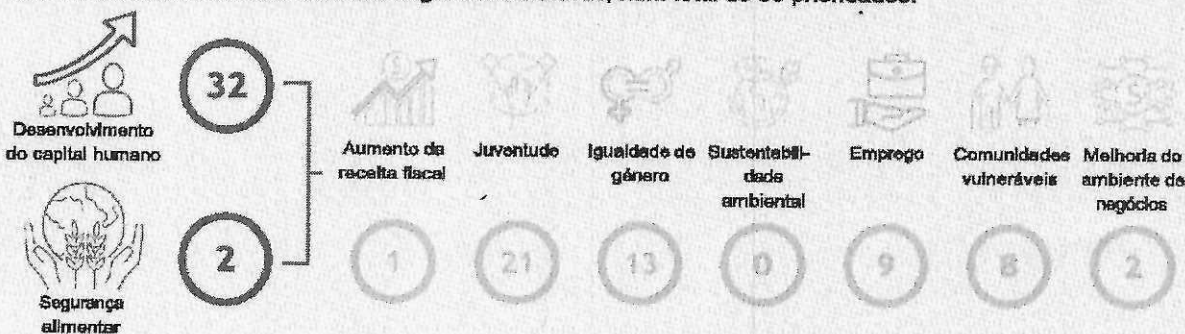
Vamos assegurar o desenvolvimento estratégico e sustentado do nosso capital humano, reforçando a oferta de educação e formação profissional para que os angolanos tenham mais anos de escolaridade, melhores resultados de aprendizagem e sejam mais empregáveis, com especial foco na preparação dos nossos jovens. Paralelamente, promoveremos a criação de emprego de qualidade e a actividade empreendedora, alavancando o desenvolvimento do sistema de inovação do País para promover novas soluções mais competitivas.

Para alcançar a visão preconizada identificamos trinta e três prioridades, que respondem a vinte objectivos, inseridas em seis programas:

- Programa de Expansão e Modernização do Sistema de Ensino;
- Programa de Formação de Quadros;
- Programa de Melhoria da Qualidade do Ensino Superior e Desenvolvimento da Investigação Científica e Tecnológica;
- Programa de Desenvolvimento Integral da Juventude;
- Programa de Promoção da Inovação e Transferência de Tecnologia;
- Programa para o Emprego, Empreendedorismo e Formação Profissional.

Temáticas transversais de governação

Número de prioridades que concorrem para impacto socioeconómico sustentável no processo de desenvolvimento em cada uma das seguintes temáticas, num total de 33 prioridades:



Metas da Política

Educação

		2022*	2027	2050
Anos de escolaridade ajustados à aprendizagem		4,2	4,6	6,3
Pontuação no indicador Desempenho em Testes Harmonizados da componente Educação do Índice de Capital Humano do Banco Mundial		326 (4º quartil)	337	380 (3º quartil)
Taxa de alfabetização (>=15 anos)		76%	78%	90%
Taxa líquida de escolarização da 2ª etapa do pré-escolar (crianças entre os 2 e 5 anos incluindo a classe da pré-escola)		19%	23%	46%
Taxa líquida de escolarização na classe de transição (crianças de 3 anos)		48%	58%	90%
Taxa líquida de escolarização no ensino primário (1ª a 6ª classes)		64%	70%	90%
Taxa líquida de escolarização no 1º ciclo do ensino secundário (7ª a 9ª classes)		23%	27%	75%
% da população entre os 15-18 anos a frequentar o 2º ciclo do ensino secundário (10ª a 13ª classes)		25%	29%	50%

*2022 ou ano mais recente disponível

Metas da Política

		2022*	2027	2050
% de estudantes do 2º ciclo do ensino secundário matriculados em cursos técnicos e profissionais, com foco no agronegócio		27%	28%	40%
% de professores com qualificação profissional para docência no ensino primário		67%	72%	99%
% de professores com qualificação profissional para docência no ensino secundário		78%	87%	98%

*2022 ou ano mais recente disponível

Ensino Superior

		2022*	2027	2050
Investimento no ensino superior (% do PIB)		0,20%	0,29%	1,15%
% de professores do ensino superior com doutoramento		11%	15%	40%

*2022 ou ano mais recente disponível

Metas da Política

Juventude

		2022*	2027	2050
Pontuação no Índice de Desenvolvimento Juvenil da Unesco		0,506	0,528	0,533
Taxa de gravidez na adolescência (nascimentos por 1.000 mulheres)		138	122	61
Taxa de mortalidade por VIH/SIDA na população entre os 15-39 anos (por 10.000 habitantes)		6,9	5,1	2,0
% de jovens entre os 18-24 anos com ensino secundário concluído		13,0%	19,3%	44,1%
Pontuação no indicador Participação Política e Cívica dos Jovens do Índice de Desenvolvimento Juvenil da Unesco		0,27	0,29	0,38
Taxa de empregabilidade jovem		36%	41%	60%

*2022 ou ano mais recente disponível

Metas da Política

Ciência e Inovação

		2022*	2027	2050
Classificação no ranking do Índice Global de Inovação (top)		127	119	80
Investimento em I&D (% do PIB)		0,10%	0,29%	1,00%
Número de artigos científicos revistos por pares publicados em revistas por milhão de habitantes		4	10	226
Número de pedidos de patentes por milhão de habitantes		2	5	81
Número de recursos humanos entre os 25-64 anos em I&D por 1.000 trabalhadores		0,16	8,70	2,50

*2022 ou ano mais recente disponível

Emprego, Empreendedorismo e Formação Profissional

		2022*	2027	2050
Taxa de desemprego		30%	25%	20%
Número de empregos (milhões, anual)		11,7	13,9	24,5

*2022 ou ano mais recente disponível

**Programa 12**

Programa de Expansão e Modernização do Sistema de Ensino

Objectivo 12.1: Promover a massificação do acesso a todos os níveis de ensino

A oferta de estabelecimentos de ensino, públicos e privados, apesar da sua expansão em anos recentes, continua a ser insuficiente para assegurar acesso universal à educação dos nossos jovens cidadãos. De forma a aumentar as taxas de escolarização a todos os níveis e em todo o nosso território, iremos investir na infraestrutura escolar necessária para que mais angolanos se possam matricular nas escolas e para que possamos efectivar a escolaridade obrigatória até ao 9º ano preconizada pela lei, assim como melhorar as taxas de escolarização em todos os níveis de ensino.



Prioridade 12.1.1: Desenvolvimento do ensino pré-escolar

1. Melhorar a qualidade do currículo da educação pré-escolar.
2. Melhorar as ferramentas para diagnosticar crianças em idade pré-escolar, incluindo a detecção precoce e o acompanhamento adequado de neuro-divergências e deficiências.
3. Expandir o projecto Todos Unidos Pela Primeira Infância (TUPPI) a todas as províncias do País, através da formação, e consequente expansão, do número de facilitadores de ensino.
4. Elaborar um manual educativo para standardização do serviço de educação providenciado pelo TUPPI e definir um sistema de avaliação dos progressos educacionais das crianças beneficiadas pelo TUPPI.
5. Assegurar classes de iniciação em todos os estabelecimentos de ensino primário.
6. Expandir a educação pré-escolar para abranger mais crianças.
7. Simplificar o processo de licenciamento das pré-escolas privadas.
8. Desenvolver um mecanismo para o co-financiamento de jardins de infância e creches privadas.



Prioridade 12.1.2: Expansão da rede de escolas do ensino primário e secundário

1. Construir, reabilitar e ampliar escolas ao longo do território, com o objectivo de aumentar o número de salas de aula disponíveis.
2. Desenvolver um mecanismo para articular os três níveis de responsabilidade no que toca à expansão de infraestruturas escolares – Ministério de tutela, governos provinciais e administrações municipais.
3. Assegurar classes de iniciação em todos os estabelecimentos de ensino primário de forma a colmatar o défice educacional de crianças que não tiveram acesso ao ensino pré-escolar.
4. Implementar o Projecto de Saúde Escolar nas instituições de ensino pré-escolar e nas escolas do ensino primário e secundário.
5. Implementar incentivos fiscais para a expansão do ensino privado.
6. Aplicar processos de construção low-cost para maximizar a construção de escolas, através da standardização das escolas e do uso de materiais locais de construção.
7. Adquirir carteiras com o selo “Feito em Angola” para os estabelecimentos de ensino.
8. Implementar mecanismos de facilitação da distribuição de manuais escolares, de forma a garantir uma distribuição suficiente e equitativa.
9. Implementar laboratórios nas escolas para o desenvolvimento de competências práticas em diversas matérias.
10. Instituir serviços de apoio psicopedagógico a todos os ciclos, e serviços de orientação vocacional a partir do 1º ciclo do ensino secundário.

**Prioridade 12.1.3: Desenvolvimento do ensino técnico-profissional**

1. Alargar a oferta de cursos técnico-profissionais e dotar as escolas dos meios necessários para oferta de uma formação maioritariamente prática.
2. Contratar e capacitar professores com experiência nas áreas de especialidade que leccionam para integrarem o corpo docente do ensino técnico-profissional.
3. Desenvolver a oferta de ensino a distância para o ensino técnico-profissional.
4. Fortalecer a colaboração entre as indústrias nacionais e a educação técnico-profissional, de forma a facilitar a entrada no mercado de trabalho dos alunos graduados.
5. Desenvolver um currículo e sistema de avaliação dos alunos baseado no desenvolvimento de competências concretas para exercício das profissões.
6. Integrar os cursos providenciados no ensino secundário técnico-profissional no Sistema Nacional de Qualificações.

**Prioridade 12.1.4: Desenvolvimento de condições inclusivas de acesso à escolaridade**

1. Expandir e assegurar a distribuição equitativa e qualitativa de merendas escolares aos alunos do ensino primário, alavancando produtores locais para minimizar os custos de produção e fabricação das merendas com o selo "Feito em Angola".
2. Expandir o projecto de bolsas de estudo para meninas vulneráveis, de forma a reduzir a desigualdade de género no acesso à educação.
3. Regulamentar os processos de distribuição de manuais escolares, de forma a garantir uma distribuição suficiente e equitativa por todas as províncias, incluindo a disponibilização de manuais gratuitos aos alunos do ensino primário.
4. Implementar um processo de reutilização dos manuais escolares para diminuição de despesas com os mesmos.
5. Promover infraestrutura inclusiva na construção de novas escolas.
6. Produzir e adquirir material didáctico e equipamento específico nas escolas para melhorar os serviços educacionais a alunos com deficiência e outras vulnerabilidades.
7. Recrutar e capacitar professores para o ensino e acompanhamento de alunos neuro-divergentes ou com deficiências físicas.
8. Desenvolver um sistema de passes escolares para facilitar o acesso à escola aos alunos que habitam zonas urbanas com serviços de transporte públicos.
9. Providenciar meios às administrações locais para a disponibilização de serviços de transporte aos alunos matriculados na escola que habitam áreas remotas.
10. Desenvolver um projecto específico de educação inclusiva para alunos com deficiência e alocar fundos correspondentes do OGE.

**Prioridade 12.1.5: Aumento do número de professores no sistema de ensino nacional**

1. Recrutar professores e técnicos auxiliares para todos os níveis de ensino, de forma a acomodar adequadamente o rápido crescimento populacional.
2. Garantir que professores do 2º ciclo do ensino secundário de disciplinas específicas, como física, química, biologia, geologia e educação física, tenham formação ao nível do ensino superior nas disciplinas que leccionam.
3. Desenvolver um plano de incentivos, tais como incentivos financeiros, benefícios de trabalho adicionais e garantia de oportunidades de desenvolvimento profissional, para fixar professores nas zonas com maior carência de docentes.
4. Estabelecer parcerias com os PALOP e a CPLP para receber professores, de modo a expandir a base de docentes qualificados no nosso sistema de ensino o mais rapidamente possível.

Objectivo 12.2: Reduzir o índice de analfabetismo e de atraso escolar na população maior de 15 anos

A taxa de analfabetismo em Angola é ainda relativamente elevada, com 24% da população acima de 15 anos analfabeta, em grande parte mulheres e comunidades rurais. O analfabetismo torna-se numa barreira para o sucesso profissional e mobilidade social dos angolanos, com repercussões na sua qualidade de vida e produtividade.

**Prioridade 12.2.1: Aumento da taxa de alfabetização nacional**

1. Expandir a rede de escolas que oferecem Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas comunidades, para assegurar a alfabetização da população maior de 15 anos.
2. Articular os três níveis de organização do sistema de educação para estabelecer parcerias e acções adicionais fora das escolas no combate ao analfabetismo.
3. Recrutar voluntários para alfabetização das suas famílias ou comunidades, no âmbito da iniciativa A Minha Família sem Analfabetismo.
4. Recrutar alfabetizadores profissionais para reforço do ensino do 1º módulo da EJA.
5. Mobilizar ONGs, igrejas e associações de voluntariado para combate do analfabetismo, através da distribuição de recursos didácticos e realização de *workshops* de formação.
6. Expandir o Plano Nacional de Leitura à EJA.
7. Alargar a oferta de turmas de aceleração escolar no ensino primário e secundário, para atendimento específico da população maior de 15 anos com atraso escolar.
8. Implementar o projecto de recuperação do atraso escolar no ensino regular.

Objectivo 12.3: Expandir a oferta de educação digital e os níveis de literacia digital

A literacia digital é uma ferramenta imprescindível para a potenciação dos nossos recursos humanos e consequente aumento da competitividade da nossa economia nos mercados globais, pelo que investiremos para colmatar os baixos níveis actuais de literacia e competências digitais. Por outro lado, a educação digital tem potencial de aumentar o acesso ao ensino a larga escala.

**Prioridade 12.3.1: Desenvolvimento do ensino a distância e da literacia digital**

1. Equipar escolas do ensino primário e secundário com computadores e acesso à Internet, por meio de parcerias com fornecedores de serviços de Internet.
2. Aumentar a literacia digital dos professores, oferecendo cursos de curta duração que lhes permitam desenvolver competências na utilização de tecnologias e plataformas digitais.
3. Oferecer aos professores formação em educação, comunicação, actividades pedagógicas e métodos de ensino virtuais.
4. Implementar um projecto subsidiado de venda de computadores para que cada professor tenha acesso a um.
5. Promover e desenvolver o Projecto Xilonga Escola Virtual Angolana, através da criação de conteúdos, sofisticação da plataforma, e coordenação com as administrações locais no desenvolvimento de métodos para a integração de alunos mais carenciados sem acesso a computador.
6. Implementar equipas móveis para registar crianças vulneráveis das zonas mais remotas do País sem acesso à educação no Projecto Xilonga.

Objectivo 12.4: Alinhar as práticas do sistema de ensino nacional com os padrões internacionais

O alinhamento das práticas do sistema de ensino nacional aos padrões internacionais é essencial para o rápido desenvolvimento de um sistema educacional de qualidade que forme mão-de-obra qualificada e competitiva.



Prioridade 12.4.1: Modernização do sistema de ensino

1. Prosseguir com a implementação do projecto de criação das escolas de referência, onde escolas seleccionadas são dotadas de recursos excepcionais, de forma a desenvolver bons gestores escolares, alunos, professores e práticas de ensino, que possam servir de exemplo para todos os estabelecimentos do País e guiar o processo de modernização.
2. Implementar um projecto-piloto de Exames Nacionais em todas as províncias e gradualmente integrá-lo de forma obrigatória no sistema de ensino, nas disciplinas de português, matemática e ciências da natureza da 6ª classe, e português, matemática e física das 9ª à 12ª classes.
3. Implementar os exames nacionais no ensino geral em todo o País até 2026.
4. Expandir o ensino de línguas estrangeiras, nomeadamente inglês, para o ensino público primário.
5. Integrar a educação reprodutiva e sexual no currículo do 1º ciclo.
6. Promover o ensino STEAM, com especial foco no agronegócio, particularmente no ensino geral, e capacitar professores e estabelecimentos escolares para o seu ensino.
7. Reforçar a ligação entre as instituições de ensino e o empresariado nacional, através de palestras e criação de espaços para o desenvolvimento de competências empreendedoras, bem como empresas por parte de alunos interessados.
8. Incluir em todos os manuais escolares conteúdo relacionado com o agronegócio.

Objectivo 12.5: Melhorar a governança do sistema educativo

A governança do sector da educação tem sido fragmentada, descoordenada e burocratizada. Esta ineficiência, exacerbada por uma alocação limitada de recursos financeiros, contribuiu para actual realidade angolana, caracterizada por desigualdades no acesso a serviços de educação, um baixo nível de qualidade de ensino e, consequentemente, estudantes pouco qualificados para o mercado de trabalho global. Almejamos uma governança eficaz, através da gestão adequada e regulação do sistema de ensino.



Prioridade 12.5.1: Melhoria do planeamento, gestão e avaliação da qualidade de ensino

1. Realizar um diagnóstico sobre o sistema educativo em Angola.
2. Elaborar a Carta Escolar Nacional em períodos regulares, para mapear todas as escolas do País e as suas condições, funcionando esta como um instrumento de censo e auxílio para a definição de abordagens para o sistema educativo.
3. Assegurar a integração de toda a rede de escolas públicas no Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE), e definir processos para o fornecimento de dados regular, para permitir o seu uso na tomada de decisões, planeamento, monitorização e gestão dos diferentes níveis de ensino.
4. Desenvolver um sistema de avaliação da qualidade do ensino nas diferentes instituições de ensino não-superior, estabelecendo critérios mínimos para o serviço de educação nacional, em termos de aptitude dos docentes, qualidade de infraestruturas, entre outros.
5. Desenvolver um portal único da educação que inclua portais para alunos, professores e escolas e que apoie a partilha de informação, gestão e prestação de serviços.
6. Capacitar técnicos das administrações centrais e locais e escolas no uso de sistemas informáticos de informação e gestão.
7. Promover a digitalização dos processos de gestão administrativa pedagógica, como, por exemplo, o registo de matrículas, avaliações, sanções e estímulos, e emissão de documentos, inclusive de certificação.
8. Melhorar a articulação entre os órgãos locais e centrais na gestão de carreiras dos responsáveis do sector da educação.
9. Condicionar a mobilidade dos profissionais da educação às necessidades centrais do sector.



Prioridade 12.5.2: Aumento do nível de sustentabilidade financeira do sector da educação

1. Aumentar as doações bilaterais e multilaterais destinadas a projectos no sector da educação.
2. Melhorar o processo de disponibilização de recursos financeiros para as escolas primárias e secundárias do 1º ciclo.



Programa 13

Programa de Formação de Quadros

Objectivo 13.1: Aumentar os níveis de formação do corpo docente do sistema de ensino nacional

Os professores desempenham um papel central na oferta de ensino de qualidade, em virtude da sua interacção com os alunos na transmissão de conhecimento. A qualidade de qualquer sistema educacional é reflexo da qualidade dos seus professores, de modo que investir na formação dos mesmos é essencial para a melhoria do sistema educacional.



Prioridade 13.1.1: Implementação da política de formação e gestão do pessoal docente

1. Realizar um diagnóstico de necessidades educativas dos quadros técnicos das Escolas de Magistério.
2. Realizar um estudo de necessidade de professores para o sistema de ensino.
3. Formar docentes com cursos de mestrado em metodologias específicas de ensino pré-escolar, primário e de língua portuguesa, matemática e ciências no ensino secundário.
4. Elaborar o plano de transição da formação dos professores do ensino secundário para o ensino superior.
5. Elaborar o plano de formação dos quadros técnicos das Escolas de Magistério.
6. Proporcionar cursos de agregação pedagógica para docentes que careçam de qualificações profissionais para o exercício da sua função.
7. Reforçar as competências de supervisão pedagógica dos gestores das Escolas de Magistério.
8. Oferecer formação contínua aos professores.
9. Desenvolver cursos de pós-graduação, como doutoramentos e cursos de especialização, para melhorar o nível académico dos professores.
10. Promover a implementação de mecanismos de avaliação da qualidade de ensino nas instituições de formação de professores.

Objectivo 13.2: Desenvolver o capital humano

O progresso de Angola será apenas possível com o desenvolvimento adequado do capital humano como factor potenciador de redução de desigualdades e promoção de inovação. O investimento na profissionalização dos quadros nos vários domínios do saber irá permitir, não só ganhos de produtividade, como também gerar oportunidades de carreira e, por sua vez, bem-estar social.



Prioridade 13.2.1: Promoção do desenvolvimento do capital humano

1. Divulgar o plano Angola Capital Humano.
2. Desenvolver acções de atracção de investimento para diversificação do financiamento do Angola Capital Humano.
3. Desenvolver o sistema de informação e suporte à implementação do Angola Capital Humano.



Prioridade 13.2.2: Sistema integrado de gestão da oferta formativa (plataforma Qualificar)

1. Divulgar o Angola Capital Humano através da plataforma Qualificar.
2. Divulgar os cursos de formação profissional oferecidos pelos centros de formação, públicos e privados, credenciados pelo Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), através da plataforma Qualificar.
3. Disponibilizar a plataforma Qualificar aos subsistemas de ensino e formação profissional.

**Prioridade 13.2.3: Operacionalização do Observatório Nacional do Desenvolvimento do Capital Humano**

1. Criar e operacionalizar o Observatório Nacional do Desenvolvimento do Capital Humano.
2. Realizar o estudo da avaliação do impacto da formação em empreendedorismo e capacitação empresarial.
3. Realizar um diagnóstico de necessidades formativas e o plano de formação dos quadros técnicos das Instituições de Ensino Superior (IES).

**Prioridade 13.2.4: Reforço e actualização do parque tecnológico de suporte à implementação do Angola Capital Humano**

1. Adquirir meios tecnológicos para apetrechamento do Angola Capital Humano.
2. Elaborar e executar um plano de manutenção dos meios tecnológicos existentes.



Programa 14

Programa de Melhoria da Qualidade do Ensino Superior e Desenvolvimento da Investigação Científica e Tecnológica

Objectivo 14.1: Fortalecer as instituições do ensino superior

Vamos melhorar as instituições de ensino superior, de acordo com os padrões nacionais e internacionais, através da adequação do seu quadro regulamentar e processual.



Prioridade 14.1.1: Expansão e diversificação da oferta formativa

1. Concluir e implementar o processo de harmonização curricular.
2. Criar cursos de graduação ajustados às exigências do mercado de trabalho, em particular nas áreas STEAM e outras prioritárias.
3. Aprovar o Quadro Nacional de Qualificações do Ensino Superior.
4. Materializar o projecto de desenvolvimento da pós-graduação.
5. Capacitar os gestores das IES sobre o plano de desenvolvimento institucional.
6. Capacitar as IES pedagógicas.
7. Elaborar a proposta de diploma legal sobre o financiamento do ensino superior.



Prioridade 14.1.2: Garantia da qualidade no ensino superior

1. Dotar o Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAAREES) de recursos financeiros e materiais para realização da avaliação externa.
2. Divulgar os instrumentos da avaliação e acreditação.
3. Monitorizar a realização da auto-avaliação das IES e respectivos cursos.
4. Constituir a bolsa de avaliadores.
5. Realizar a avaliação externa e acreditação da qualidade das IES que ministram cursos nas áreas das ciências médicas e da saúde e respectivos cursos.
6. Divulgar os resultados da avaliação externa e acreditação da qualidade das IES e respectivos cursos.
7. Monitorizar a realização do processo de avaliação de desempenho docente.
8. Criar o Observatório de Empregabilidade dos Graduados.

Objectivo 14.2: Reforçar e acelerar a capacitação dos investigadores e dos futuros profissionais

Vamos potenciar academicamente os recursos humanos nacionais através da afiliação de docentes e de investigadores aos centros de investigação das IES e dos institutos do Estado, apoiando a sua capacitação e formação pós-graduada nos projectos de geminação, e garantindo o acesso a bolsas de estudo aos alunos promissores nas áreas da saúde, educação, agronegócio e STEAM, e em todos domínios estratégicos de formação dos *megacusters* identificados.



Prioridade 14.2.1: Potenciação de projectos de bolsas de estudo

1. Aumentar o número de bolsas de estudo, com foco nas áreas da saúde, educação, agronegócio e STEAM.
2. Activar a iniciativa "Projecto de 300 melhores licenciados".
3. Acompanhar o percurso académico dos estudantes em formação.
4. Apoiar a formação de professores do ensino geral.
5. Identificar oportunidades de inserção profissional dos estudantes em formação.

Prioridade 14.2.2: Reforço do capital humano do SBES e do SNCTI

1. Aumentar o corpo docente que possui licenciaturas, mestrados e doutoramentos.
2. Contratar membros do corpo docente para as IES públicas.
3. Contratar profissionais não-docentes para o Subsistema do Ensino Superior (SBES).
4. Recrutar investigadores e não-docentes para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI).

Objectivo 14.3: Dotar as IES públicas e as II&D de infraestruturas adequadas ao cumprimento da sua missão

As nossas soluções visam capacitar as IES e as Instituições de Investigação e Desenvolvimento (II&D) de forma a garantir um ambiente propício ao ensino e à aprendizagem, e à manutenção e retenção do pessoal docente e não docente, assim como ao desenvolvimento da investigação científica, inovação e transferência de tecnologia.

Prioridade 14.3.1: Reabilitação das infraestruturas do SBES e do SNCTI

1. Executar o projecto Angola Research Education Network (AngoREN).
2. Reabilitar e apetrechar os laboratórios do Centro Nacional de Investigação Científica (CNIC).
3. Finalizar e operacionalizar o Centro de Ciência de Luanda.
4. Fornecer equipamento e novas instalações ao Hospital Universitário da Universidade Agostinho Neto.
5. Reabilitar o Instituto de Gestão, Logística e Transportes da Universidade de Luanda.
6. Desenvolver a modalidade de ensino superior a distância, operacionalizando a Universidade Virtual de Angola, juntamente com parceiros privados.
7. Fornecer novas instalações a:
 - Institutos Superiores de Ciências da Educação (Luanda, Benguela, Sumbe, Huambo, Cabinda, Uíge e Huíla);
 - Universidades (Katiavala Bwila no Campus da Baía Farta, Onze de Novembro, Kimpa Vita, Rainha Njinga a Mbande, Lueji A Nkonde, Luanda e Cuito Cuanavale);
 - Institutos Superiores Politécnicos (Soyo, Cuanza Norte, Cuanza Sul e Bié);
 - Institutos Politécnicos (Ondjiva da Universidade Mandume Ya Ndemufayo); e
 - Escolas Superiores Pedagógicas (Bié e Cuanza Norte).



Programa de Melhoria da Qualidade do Ensino Superior e Desenvolvimento da Investigação Científica e Tecnológica

Objectivo 14.1: Fortalecer as instituições do ensino superior

Vamos melhorar as instituições de ensino superior, de acordo com os padrões nacionais e internacionais, através da adequação do seu quadro regulamentar e processual.



Prioridade 14.1.1: Expansão e diversificação da oferta formativa

1. Concluir e implementar o processo de harmonização curricular.
2. Criar cursos de graduação ajustados às exigências do mercado de trabalho, em particular nas áreas STEAM e outras prioritárias.
3. Aprovar o Quadro Nacional de Qualificações do Ensino Superior.
4. Materializar o projecto de desenvolvimento da pós-graduação.
5. Capacitar os gestores das IES sobre o plano de desenvolvimento institucional.
6. Capacitar as IES pedagógicas.
7. Elaborar a proposta de diploma legal sobre o financiamento do ensino superior.



Prioridade 14.1.2: Garantia da qualidade no ensino superior

1. Dotar o Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAAREES) de recursos financeiros e materiais para realização da avaliação externa.
2. Divulgar os instrumentos da avaliação e acreditação.
3. Monitorizar a realização da auto-avaliação das IES e respectivos cursos.
4. Constituir a bolsa de avaliadores.
5. Realizar a avaliação externa e acreditação da qualidade das IES que ministram cursos nas áreas das ciências médicas e da saúde e respectivos cursos.
6. Divulgar os resultados da avaliação externa e acreditação da qualidade das IES e respectivos cursos.
7. Monitorizar a realização do processo de avaliação de desempenho docente.
8. Criar o Observatório de Empregabilidade dos Graduados.

Objectivo 14.2: Reforçar e acelerar a capacitação dos investigadores e dos futuros profissionais

Vamos potenciar academicamente os recursos humanos nacionais através da afiliação de docentes e de investigadores aos centros de investigação das IES e dos institutos do Estado, apoiando a sua capacitação e formação pós-graduada nos projectos de geminação, e garantindo o acesso a bolsas de estudo aos alunos promissores nas áreas da saúde, educação, agronegócio e STEAM, e em todos domínios estratégicos de formação dos megacusters identificados.



Prioridade 14.2.1: Potenciação de projectos de bolsas de estudo

1. Aumentar o número de bolsas de estudo, com foco nas áreas da saúde, educação, agronegócio e STEAM.
2. Activar a iniciativa "Projecto de 300 melhores licenciados".
3. Acompanhar o percurso académico dos estudantes em formação.
4. Apoiar a formação de professores do ensino geral.
5. Identificar oportunidades de inserção profissional dos estudantes em formação.

Prioridade 14.2.2: Reforço do capital humano do SBES e do SNCTI

1. Aumentar o corpo docente que possui licenciaturas, mestrados e doutoramentos.
2. Contratar membros do corpo docente para as IES públicas.
3. Contratar profissionais não-docentes para o Subsistema do Ensino Superior (SBES).
4. Recrutar investigadores e não-docentes para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI).

Objectivo 14.3: Dotar as IES públicas e as II&D de infraestruturas adequadas ao cumprimento da sua missão

As nossas soluções visam capacitar as IES e as Instituições de Investigação e Desenvolvimento (II&D) de forma a garantir um ambiente propício ao ensino e à aprendizagem, e à manutenção e retenção do pessoal docente e não docente, assim como ao desenvolvimento da investigação científica, inovação e transferência de tecnologia.

Prioridade 14.3.1: Reabilitação das infraestruturas do SBES e do SNCTI

1. Executar o projecto Angola Research Education Network (AngoREN).
2. Reabilitar e apetrechar os laboratórios do Centro Nacional de Investigação Científica (CNIC).
3. Finalizar e operacionalizar o Centro de Ciência de Luanda.
4. Fornecer equipamento e novas instalações ao Hospital Universitário da Universidade Agostinho Neto.
5. Reabilitar o Instituto de Gestão, Logística e Transportes da Universidade de Luanda.
6. Desenvolver a modalidade de ensino superior a distância, operacionalizando a Universidade Virtual de Angola, juntamente com parceiros privados.
7. Fornecer novas instalações a:
 - Institutos Superiores de Ciências da Educação (Luanda, Benguela, Sumbe, Huambo, Cabinda, Uíge e Huíla);
 - Universidades (Katiavata Bwila no Campus da Baía Farta, Onze de Novembro, Kimpa Vita, Rainha Njinga a Mbande, Lueji A Nkonde, Luanda e Cuito Cuanavale);
 - Institutos Superiores Politécnicos (Soyo, Cuanza Norte, Cuanza Sul e Bié);
 - Institutos Politécnicos (Ondjiva da Universidade Mandume Ya Ndemufayo); e
 - Escolas Superiores Pedagógicas (Bié e Cuanza Norte).



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM

(Aprovado por Decreto Presidencial N° 168/12, Diário da República N°141- I Série, de 24 de Julho)

Telefone: 00244236207901 email: isuppa2013@hotmail.com

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM DIREITO

VISÃO

VISÃO INSTITUCIONAL

“Nos próximos 10 anos, constituir-se numa Instituição Acreditada e Referenciada no país, criar infraestruturas para aumentar e expandir a sua actuação, ampliar a sua oferta formativa em número de estudantes e cursos nas áreas de Engenharias e Tecnologias, Ciências da Saúde e Ciências Económicas e Sociais, empreendendo contínuas acções para a criação de um Centro de Investigação, de uma plataforma que permita o Ensino à Distância e Semi-presencial, aperfeiçoando continuamente as actividades de ensino-aprendizagem, investigação, extensão e gestão, que permitam a que o ISUP seja uma instituição de excelência.”

VISÃO DO CURSO DE DIREITO

“Nos próximos 10 anos, constituir-se num curso Acreditado e Referenciado no país, criar infraestruturas para aumentar e expandir a sua actuação, ampliar a sua oferta formativa em número de estudantes na área de Direito, empreendendo contínuas acções para a criação de um Centro de Investigação, de uma plataforma que permita o Ensino à Distância e Semi presencial, aperfeiçoando continuamente as actividades de ensino-aprendizagem, investigação, extensão e gestão, que permitam a que o curso seja uma área de excelência.”

Aprovado por:

PhD Júlio Cesar Rosabal García

Vice-presidente Para os Assuntos Académicos

MsC Custódio Malheiro Sozinho

Chefe do Departamento

MsC. Helder Álvaro Soares

Coordenador do Curso



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM

(Aprovado por Decreto Presidencial N° 168/12, Diário da República N°141- I Série, de 24 de Julho)

Telefone: 00244236207901 email: isuppa2013@hotmail.com

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM DIREITO

MISSÃO

MISSÃO INSTITUCIONAL

O Instituto Superior Politécnico de Porto Amboim estabelece como Missão: “Ser uma Instituição de Ensino Superior, que na perspectiva do ensino-aprendizagem, da investigação científica, da extensão e da gestão dos processos, coadune com a realidade do país e com as exigências dos diferentes cenários, seja nacional ou internacional, com os seus cursos acreditados, nas áreas das Ciências das Engenharias e Tecnologias, Ciências da Saúde, nas Ciências Económicas, Sociais e Humanas e nas Ciências da Educação, contribua na formação de profissionais altamente qualificados para o progresso científico, tecnológico, cultural e socioeconómico da República de Angola.”

MISSÃO DO CURSO DE DIREITO

“Ser um curso de Licenciatura em Direito, que na perspectiva do ensino-aprendizagem, da investigação científica do país e com as exigências dos diferentes cenários, seja nacional e internacional, coadune com a realidade do país e com as exigências dos diferentes cenários, e que com acreditação, contribua na formação de profissionais altamente qualificados para o progresso científico, tecnológico, cultural e socioeconómico da República de Angola.”

Aprovado por:

PhD. Júlio Cesar Rosabal García

Vice-presidente Para os Assuntos Académicos

MsC. Custódio Malheiro Sozinho

Chefe do Departamento

MsC. Helder Álvaro Soares

Coordenador do Curso



INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE PORTO AMBOIM

(Aprovado por Decreto Presidencial N° 168/12, Diário da República N° 141- I Série, de 24 de Julho)

Telefone: 00244236207901email: isuppa2013@hotmail.com

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, SOCIAIS E HUMANAS

COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM DIREITO

OBJECTIVOS:

OBJECTIVOS INSTITUCIONAIS

Constitui o principal objectivo do ISUP:

“Formar integralmente o indivíduo, dotando-o de altos níveis de conhecimentos, habilidades técnico-científicas, valores éticos e morais, que lhe permitam exercer com alto grau de qualidade, eficiência e eficácia as diferentes funções que lhes forem atribuídas nas suas áreas do conhecimento, objectivando atender as demandas socioeconómicas.”

Para o alcance do seu objectivo principal, o ISUP pretende:

OBJECTIVOS DO CURSO

Objectivo geral:

“Formar integralmente o indivíduo, dotando-o de altos níveis de conhecimentos, habilidades técnico-científicas, valores éticos e morais, que lhe permitam exercer com alto grau de qualidade, eficiência e eficácia as diferentes funções que lhes forem atribuídas nas suas áreas do conhecimento, objectivando atender as demandas socioeconómicas.”

Objectivos específicos:

A licenciatura em Direito visa: